

Elvandro de Azevedo Burity

O PRÍNCIPE DOS JORNALISTAS



Pequena
Antologia de
Carlos de Laet

EDIÇÃO VIRTUAL

Capa
Elvandro de Azevedo Burity

Revisão
Francisco Silva Nobre

Este livro é editado sem fins lucrativos.

Os conceitos emitidos não representam, necessariamente, o pensamento da Loja Cayrú.

Esta edição virtual será disponibilizada no site da Loja Cayrú em <http://www.cayru.com.br> em arquivo com extensão PDF (Portable Document Format).

Caberá ao leitor, por sua própria conta e risco, adquirir/baixar o programa Adobe Acrobat Reader.

**O PRÍNCIPE
DOS
JORNALISTAS**

**Pequena
Antologia de
Carlos de Laet**

Rio de Janeiro

2008
(Lançado em 2009)



INTERPRETAÇÃO DO EX-LIBRIS

[Do lat. ex libris, 'dos livros de'.] S. m. 2 n.

1. Fórmula que se inscreve nos livros, acompanhada do nome, das iniciais ou de outro sinal pessoal, para marcar posse.
2. Pequena estampa, ger. alegórica, que contém ou não divisa, e vem sempre acompanhada do próprio termo ex libris e do nome do possuidor, a qual se cola na contracapa ou em folha preliminar do livro.

Âncora - emblema de uma esperança bem fundamentada e de uma vida bem empregada.

Ampulheta - o tempo que voa e vida humana que se escoia, semelhante, ao cair da areia.

Pensador - cada ser humano com sua individualidade física ou espiritual, portador de qualidades que se atribuem exclusivamente à espécie humana, quais sejam, a racionalidade, a consciência de si, a capacidade de agir conforme fins determinados e o discernimento de valores.

Livro com os óculos - no passado, no presente ou no futuro nunca esteve só quem teve um bom livro para ler e boas idéias sobre as quais meditar.

A expressão latina - "PRIMUM VIVERE, DEINDE PHILOSOPHARI" - Primeiro viver, depois filosofar. Na certeza de que a vida é expansão... se quiser triunfar aplique-se à sua vocação... na grande escola da vida trabalhe com firmeza para ousar ter uma velhice cor de rosa...

Do mesmo autor:

- Dinâmica dos Trabalhos. - 1987 - (Reg. FBN 41.637)
- Loja Cayrú 100 anos de Glórias... - 2001
- Revivendo o Passado... - 2002 - (Reg. FBN 277.471)
- Ecos do Centenário... - 2003
- Caminhos do Ontem - 2003
- Fatos e Reflexões - 2003
- Contos e Fatos - 2004
- 30 Anos de Trabalhos à Perfeição- 2004- Versão virtual
- Em Loja!- 2005 - Edição virtual
- Loja Cayrú 100 anos de Glórias... - 2005- 2a. ed. - Versão virtual
- Ecos do Centenário - 2005 - 2a. ed. - Versão virtual
- Ao Orador de uma Loja - 2005 - Edição virtual
- Dito e Feito - 2005 - (Reg. FBN 354.520)
- Coletânea para um Mestre Maçom -2006- Edição virtual
- Companheiro Maçom -2006- Edição virtual
- O Desafio de Versejar... Viajando pela Imaginação...-2006- (Reg. FBN 359.618)
- Ao Secretário de uma Loja...Alguns procedimentos -2006- Edição virtual
- É Preciso Saber Viver...-2006 - Edição virtual
- Glossário Maçônico - 2006 - Edição virtual
- Além do Templo e das Paixões... - 2007 - Edição virtual
- Cronologia Maçônica - 2007 - Edição Virtual
- Gotas Poéticas - 2007 - (Reg. FBN 374.355)
- Marujo? Sim. Com muito Orgulho! - 2007 - (Reg. FBN 377.251)
- Datas Cívicas e Festivas - 2007 - Edição Virtual)
- Mestre Instalado -Um Pequeno Ensaio... 2008-antecipado- Edição Virtual

APRESENTAÇÃO

Enquanto vivemos, o tempo passa e nele nada mais somos do que fazemos.

Escrever é uma arte que nos transfere através da leitura a um mundo mágico onde podemos reviver a realidade, sonhar e as vezes entrelaçar sentimentos que se tornam impossíveis de serem distinguidos.

O PRÍNCIPE DOS JORNALISTAS - Pequena Antologia de Carlos de Laet - requereu sensibilidade para condensar alguns escritos por ele deixados. Não se trata de uma história de ficção. Procurei ressuscitar alguns textos. Carlos de Laet que no seu tempo foi cognominado "o príncipe dos jornalistas", ao morrer, mereceu de Gilberto Amado as seguintes palavras, pronunciadas da tribuna do Senado:

"Dos grandes escritores brasileiros, era o que possuía sintaxe mais simples e mais segura. Honrando-o, é o Senado que se enaltece, Nenhum brasileiro do seu tempo é maior do que Carlos de Laet. Se não tivesse outras virtudes, a da firmeza de suas convicções e a honestidade incorruptível do seu caráter, bastaria a suprema vontade que possuía, de escrever como escrevia, para ser um grande brasileiro".

Nesta tarefa de compilar o presente livro deixo aqui consignado de maneira indelével e inofismável os sinceros agradecimentos à família e o faço na pessoa de Carlos Elpenor Frontelmo de Laet, neto do Príncipe dos Jornalistas.

O autor

MOTIVAÇÃO

Tenho por hábito dizer que nada acontece por acaso. O meu acesso ao Quadro de Membro Efetivo da Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro (ACLERJ) serviu de motivação para que eu me dispusesse a dedicar parte do meu tempo para digitar este livro, o vigésimo sexto de minha lavra. Tão logo me veio à mente a idéia de escrever e publicar algo sobre o Patrono da Cadeira que ocupo na ACLERJ a primeira providência foi entrar em contato com as seguintes pessoas: o neto do Patrono, Dr. Carlos Elpenor Frontelmo de Laet - jornalista e consultor de marketing que comparecera à solenidade de minha posse; Acadêmico Hugo Gonçalves Roma - Presidente da ACLERJ e, com o Acadêmico Francisco Silva Nobre - meu padrinho. A acolhida foi favorável em todos os sentidos.

Estimulando o conjunto de fatores psicológicos (conscientes ou inconscientes) de ordem fisiológica, intelectual, afetiva ou acadêmico que determinaram a minha pré-disposição fica a certeza de que, com esta pequena antologia, estarei, de certa forma, cumprindo o juramento acadêmico, por mim prestado, cujo inteiro teor é reproduzido na página 9. Não há a pretensão de publicar uma antologia completa. Apenas abordarei alguns escritos legados por Carlos de Laet.

Segundo o Pe. Francisco Leme Lopes:

"... as Letras Brasileiras continuarão em estado de pecado mortal enquanto não se publicarem as obras completas de Carlos Maximiano Pimenta de Laet".

Com esta pequena antologia considero-me realizando um ato de penitência. Que adorável penitência: contribuir para que possamos reviver, mesmo que parcialmente, os escritos do grande escritor pátrio de estilo eminentemente literário e contundente, de:

CARLOS DE LAET

As novas gerações pouco conhecem sobre a importância dos escritos de Carlos de Laet, sobre os homens e coisas do seu tempo... E que continuam não se dando conta do seu estilo, modelo e forma de escrever.

Não foi tarefa fácil!

HABENT SUA FATA LIBELLI

(Os livros têm os seus destinos, os seus fadários).

O Autor

JURAMENTO ACADÊMICO DO AUTOR

Eu, Elvandro de Azevedo Burity, ao ser empossado na cadeira para a qual fui eleito, assumo solenemente o compromisso de trabalhar pelo engrandecimento da Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro (ACLERJ), manter pleno e constante entrosamento com todos os confrades, comparecer regularmente às reuniões e solenidades programadas e colaborar, na medida de minha capacidade e disponibilidade, para o constante aprimoramento da cultura brasileira, principalmente a do Estado do Rio de Janeiro, não desmerecendo jamais a confiança em mim depositada pelo Ilustre Quadro Acadêmico.



O Autor assinando o livro de posse.



"Se homem do seu século é aquele que, sob a pressão do meio, vai aceitando todas as idéias dominantes, só porque sejam, como disse o Ferri, a corrente da ciência atual, então confiadamente o digo, eu não sou homem do meu século. Em ciência, reservo-me o direito de só aderir depois de convencido".

Carlos de Laet
Ferri: Sua Construção Científica - 1908

Foto
C



Foto da galeria de Diretores do Colégio Pedro II

CARLOS DE LAET

Carlos de Laet o patrono da cadeira nº3 - Quadro I - da Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro (ACLERJ). Um cidadão que nos idos de 1889 deixou-se seduzir pela política... Foi eleito... Mas o advento da República privou-o da cadeira de deputado. Defensor inabável de suas convicções, em 2 de maio de 1890, quando o governo provisório da república, com o intuito de extinguir quaisquer reminiscências do antigo regime, substituiu o nome do Colégio

Pedro II por Instituto Nacional de Instrução Secundária. Laet de maneira destemida, redigiu apelo ao governo republicano para a manutenção do nome antigo. Porém a maioria dos professores era então republicana. No dia seguinte o Diário Oficial trazia a sua demissão. Como nem sempre os sonhos são uma ilusão... Somente no governo de Venceslau Brás foi ele reconduzido ao seu posto no magistério secundário, isto é, à direção daquele estabelecimento de ensino, tendo sido seu Diretor durante anos, de onde se aposentou por tempo de serviço em 1925.

Transcrever artigos, poesias ou crônicas da autoria de Carlos de Laet, cujo nome de batismo era Carlos Maximiano Pimenta de Laet não é uma tarefa fácil. A empreitada somente foi possível por termos conhecido, nos idos de 1975, o seu filho José Carlos Pimenta de Laet e termos recebido do seu neto, Carlos Elpenor Frontelmo de Laet, material para pesquisa.

Carlos de Laet não trocou a liberdade pelo abrir mão de suas convicções. Não bastasse ter sofrido perseguição dos republicanos. O foi também por ocasião da Revolta da Armada. Como jornalista refugiou-se em São João Del Rei.

Carlos de Laet um fervoroso católico, como Presidente do Círculo Católico da Mocidade, serviu à Igreja do Brasil. O inigualável Laet, recebeu de dois Papas consecutivos, Leão XIII e Pio X, por sua defesa da fé verdadeira, honrosas distinções e o título de Conde Papalino.

Na Academia Brasileira de Letras, Carlos de Laet, ocupou a cadeira 32 que tem como patrono Araújo Porto Alegre. Onde recebeu provas de apreço e consideração. Eleito Presidente em 1919, na vaga de Rui Barbosa, ali ficou até 1922.

Encontramos o nome de "CARLOS DE LAET" associado a via pública, em diversos estados da federação brasileira: MG, SP, RS, PR, RJ, SP, PE. Uma Escola Pública no Rio de Janeiro ostenta o seu nome.

Nas palavras de Gilberto Amado:

"Nenhum brasileiro de seu tempo é maior do que Carlos de Laet".

Carlos de Laet chegou a ser considerado ao lado de Rui Barbosa e Machado de Assis parte da "triade gloriosa da suprema perfeição linguística nacional". Poucos o superaram no humor fino e sempre surpreendente. Façamos pois uma cuidadosa leitura das páginas deste livro, fruto das pesquisas realizadas nos escritos deixados pelo Príncipe dos Jornalistas.

Carlos Maximiano Pimenta de Laet: o jornalista, o poeta, o professor nasceu no Rio de Janeiro, no dia 3 de outubro de 1847. Faleceu em 7 de dezembro de 1927.



LINHA DO TEMPO

Quem leu outros discursos, conferências, crônicas e até as polêmicas de Carlos de Laet teve a sua atenção voltada para a impressionante maneira com que foram expostos... Deparou-se com uma linguagem que não se extenuou pela marcha inexorável do tempo... Palavras que, se trazidas para os tempos atuais, nos levam a sair do conformismo. Laet como conferencista alteou a voz com tanta nitidez e vigor que ecoam até os dias atuais... Sua vida, ao contrário do que possa parecer, é pródiga de heroísmo, de desprendimento, de amor à Pátria e ao próximo.

A linha do tempo, demonstra e deixa a certeza de que Carlos de Laet, através dos tempos, conviveu com desafios...

1847 - 3 de outubro - Nascimento de Carlos Maximiano Pimenta de Laet, na cidade do Rio de Janeiro, na rua da América, antiga Saco do Alferes. Seus pais: Joaquim Ferreira Pimenta de Laet e D. Emília Constança Ferreira de Laet.

1861 - entra para o Colégio Pedro II.

1867 - 29 de novembro - Recebe o grau de bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II. Contemplado com o primeiro prêmio por ter obtido, em todo o curso, a nota "distinção".

Ainda naquele ano o Jornal das Famílias publica a primeira poesia de sua lavra: A FADA

- 1868** - Matricula-se na Escola Central (depois Politécnica), diploma-se em engenheiro-geógrafo, primeiro colocado da turma, em 1873.
- 1872** - Inscreve-se no concurso para a cadeira de Português, Geografia e Aritmética, disciplinas que constituíam o 1º ano do Colégio Pedro II, classificando-se em primeiro lugar. Deixou de ser nomeado por ter sido o concurso anulado.
30 de novembro - Recebe o grau de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela antiga Escola Central.
- 1873** - Aberto o concurso para o Colégio Pedro II, nele se inscreve é aprovado em primeiro lugar, sendo nomeado em 23 de julho.
Vem à lume o seu primeiro livro: POESIAS.
- 1874** - 7 de fevereiro - Casa-se com Rita Angélica Mafra, filha do professor João Maximiano Mafra, da Academia Imperial de Belas-Artes.
- 1876** - 18 de junho - Inicia atividades jornalísticas no Diário do Rio de Janeiro, onde colaborou até 1878, redigindo, com o pseudônimo Nec, os folhetins dominicais.
23 de setembro - Por Decreto do Imperador é ordenado Cavaleiro da Ordem da Rosa.
- 1877** - Assume o cargo de redator de debates no Senado do Império, onde permanece até 1888.
- 1878** - Por ter ficado sem turma no Colégio Pedro II, passa a trabalhar na recém-criada Escola Normal da Corte.
16 de junho - Dá início, no Jornal do Comércio, à publicação da coluna "MICROCOSMO" que se tornaria famosa, foi mantida até julho de 1888.
- 1879** - Fundada a Revista Brasileira, fica encarregado da seção "Crônica Literária". Período em que sai em defesa de Fagundes Varela, que fora apanhado em erros de português por Camilo Castelo Branco, dando início à série de polêmicas em que, apesar de muito moço, não se arreceou de enfrentar Camilo.

- 1884** - Reune-se, no Rio de Janeiro, um Congresso de Instrução. Ficando Laet encarregado da elaboração de duas teses, que se podem ler nas ATAS E PARECERES: uma sobre a ESCOLA NORMAL e outra sobre a necessidade da criação de uma FACULDADE DE LETRAS.
- 1888** - Julho - Afasta-se do Jornal do Comércio, para o qual colaborava desde 1878 e passa a escrever na Tribuna Liberal, no Brasil, no Diário do Comércio, e, mais tarde, em outros jornais, como O País e Jomal do Brasil. Em suas colaborações mantém-se fiel às duas grandes causas a que se dedicou durante toda a vida: a causa monárquica e a causa da igreja. Tal posicionamento, e o gosto que tinha por questões de linguagem, levaram-no a envolver-se em acesas polêmicas.
- 1889** - Oficial de Gabinete na Presidência do Conselho do Visconde de Ouro Preto. Eleito, pelo Partido Liberal, deputado-geral pelas Províncias da Paraíba e de Mato Grosso, não chegou a tomar posse em virtude da proclamação da República.
- 1890** - 2 de maio - Demitido do antigo Colégio Pedro II, por haver protestado contra a mudança do nome do educandário, que, pelo Decreto nº9, de 21/11/1889, passou a chamar-se Instituto Nacional de Instrução Secundária. Dedicou-se, então, ao magistério particular no Ginário São Bento, Seminário Arquiepiscopal de São José, Colégio Mayrink e outros estabelecimentos de ensino. Concorre às eleições para a Constituinte Republicana, pelo Município Neutro (Distrito Federal), como candidato católico. Embora eleito, o seu direito não foi reconhecido. Afasta-se definitivamente das competições políticas.
- 1891** - 12 de janeiro - A demissão do Instituto Nacional de Instrução Secundária foi transformada em "jubilação" por Decreto do Marechal Deodoro. Traduz a Encíclica Rerum Novarum, de Leão XII.

- 1893** - Evitando o regime de terror e as delações que no Rio de Janeiro sucederam à explosão da Revolta da Armada, por onze meses se refugia em São João Del-Rei. De lá envia para o Jornal do Comércio uma série de artigos.
- 1894** - Publica o livro EMMINAS, com os artigos redigidos durante sua permanência em MG.
- 1895** - De parceria com seu companheiro de magistério Fausto Barreto, publica a ANTOLOGIA NACIONAL.
- 1897** - Membro fundador da Academia Brasileira de Letras, segundo proposta apresentada em 28 de janeiro por Olavo Bilac, na sétima e última sessão preparatória. Assume, ali, a cadeira nº32, cujo patrono é Manoel de Araújo Porto Alegre. Passa a colaborar na direção e confecção de dois jornais monarquistas fundados na capital da República: LIBERDADE (dirigido por Conselheiro Cândido de Oliveira) e GAZETA DA TARDE (de propriedade do coronel Gentil de Castro). Com a insurreição de Canudos, os jornais se tornaram suspeitos ao povo, insuflado pelos republicanos exaltados, suas sedes foram destruídas e incendiadas.
- 1899** - Aparece A DÉCADA REPUBLICANA, conjunto de monografias reunidas em oito volumes, onde se passava em revista quanto fizera o novo regime nos vários setores políticos e administrativos. A Laet coube o estudo da imprensa, que constitui a monografia nº do Vol. II.
- 1901** - Fundado o CORREIO DA MANHÃ, passa a colaborar na folha de Edmundo Bittencourt, onde mantém polêmica com Constâncio Alves e Floriano de Brito.
- 1906** - Reaparece, em O PAÍS, o "MICROCOSMO", semanalmente publicado até o ano de 1916.

- 1907** - Por proposta firmada pelo Conselheiro Cândido de Oliveira, Visconde de Ouro Preto, Conde de Afonso Celso, Dr. Marques Pinheiro e Barão de Paranapiacaba, o nome de Laet é apresentado para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Depois de longa e inusitada tramitação, que durou mais de quatro anos, a proposta foi, afinal aprovada, por maioria de sufrágios, na sessão de 16/10/1911. Aborrecido com a demora, as exigências, os votos contrários, o tratamento, enfim, que lhe foi dispensado, segundo tudo indica por artes de Max Fleiuss, Secretário-perpétuo do IHGB, Laet jamais tomou parte nos seus trabalhos. Em compensação, fez do citado Secretário-perpétuo um dos alvos prediletos dos seus sarcasmos. Eleito paraninfo dos bachareis em Ciências e Letras do Colégio de São Luis de Itú, SP.
- 1908** - Paraninfo dos bachareis em Ciências e Letras do Colégio Santa Rosa, de Niterói, RJ.
- 1910** - Paraninfo dos bachareis em Ciências e Letras do Ginário São Bento, RJ.
- 1911** - 7 de janeiro - Orador na sessão solene da ABL, de recepção ao General Dantas Barreto, eleito em substituição a Joaquim Nabuco, cadeira nº27.
15 de setembro - Posto em disponibilidade, como professor do Colégio Pedro II, pelo governo Hermes da Fonseca, ao ensejo da Reforma Rivadávia Correia (Decreto nº 8.659, de 5/4/1911).
- 1913** - Junho - O Papa Pio X concede-lhe o Título de Conde da Santa Sé, pelos serviços prestados à Igreja.
- 1915** - 1 de setembro - Reverte à atividade como Professor Catedrático de Português do Externato do Colégio Pedro II, por ato do Presidente Venceslau Brás, com apoio na Reforma Carlos Maximiliano (Decreto nº 11.530, de 18/3/1915).

- 1917** - 25 de setembro - Inicia a colaboração para A GAZETA, de São Paulo.
29 de setembro - Nomeado, interinamente, Diretor do Colégio Pedro II.
- 1918** - 25 de setembro - Efetivado no cargo de Diretor do Colégio Pedro II, como Diretor único, vale dizer: do Externato e do Internato.
- 1919** - 30 de maio - Assume a Secretaria Geral da Academia Brasileira de Letras, por designação de Domicio da Gama, Presidente.
16 de outubro - Eleito Presidente da ABL, cargo que ocupa até 24/11/1922.
- 1920** - 28 de maio - Orador na sessão solene da ABL, de recepção a D. Silvério Gomes Pimenta, eleito em substituição a Alcindo Guanabara.
Recebe do Governo da Bélgica a Ordem de Leopoldo, no grau de Comendador.
- 1921** - 28 de janeiro - Preside à sessão solene comemorativa do 25º aniversário da 1ª sessão preparatória da Academia Brasileira de Letras.
- 1922** - Recebe e saúda, na ABL, a 24 de agosto, o Professor Lucien Lévy-Bruhi, membro da Academia das Ciências Morais e Políticas de França e, a 15 de outubro, Monsenhor Baudrillart, da Academia Francesa. 30 de novembro. É alvo de homenagem, em sessão pública da ABL, falando, na ocasião, os acadêmicos Coelho Neto, Alberto de Oliveira, Luis Murat, Medeiros e Albuquerque, Afonso Celso, Humberto de Campos e Ataulfo de Paiva.
- 1925** - Com a reforma Rocha Vaz (Dec. nº 16.782-A, de 13 de janeiro), tem a sua autoridade diminuída, pois passa a dirigir somente o Externato do Colégio Pedro II.
Em agosto é exonerado do cargo de Diretor.
Transferindo-o a Capistrano de Abreu, então decano da Congregação e retorna a sua cátedra vitalícia.

- 1926** - Orador, entre outros, da sessão da ABL comemorativa do sétimo centenário da morte de São Francisco de Assis, II Poverello.
- 1927** - 13 de janeiro - Publica em O Jornal, do Rio de Janeiro, onde passara a colaborar, artigo em que comenta as acusações aparecidas na imprensa contra Artur Bernardes, e estranha que os colaboradores do ex-Presidente não viessem defendê-lo. Esse artigo deu margem a viva polêmica com Jackson de Figueiredo, chefe do serviço de censura do governo encerrado a 15 de novembro de 1926. Foi a última polêmica por Laet, e na qual se empenhou com o mesmo ardor dos tempos de mocidade.
- 2 de dezembro - O Jornal publica seu último artigo - "Divisão Nacional". Nele Laet se manifesta contra a idéia de um monumento público, em São Paulo, pelo reconhecimento da vitória legalista sobre os revoltosos de 1924. Cinco dias depois, à tarde, vem a falecer, em sua residência, na rua Cândido Mendes nº 289, nesta capital, vitimado por uma crise de nefrite, sendo sepultado no dia seguinte no Cemitério de S. Francisco Xavier, quadra 12, carneiro nº 4148.
- 1928** - 8 de junho - A Academia Brasileira de Letras realiza sessão pública em homenagem à sua memória. Discursaram: Augusto de Lima (Presidente), João Ribeiro, Ademar Tavares, Luís Carlos e Coelho Neto.



"O que importa, na cultura de um povo, é o atrito, a oposição, pois esses são os elementos que promovem o revigoramento e a vida de suas instituições".

Oscar Wilde
Escritor irlandês

(Figura obtida no programa Master Clips e posteriormente trabalhada no Adobe Photo Shop)

CRÔNICAS

OSVALDO CRUZ

Jornal do Brasil, 16/6/1910

Entre os beneméritos desta cidade há um, cujo nome não é repetido e festejado como de vera ser. O ciúme dos rivais, a extrema e aparente facilidade com que se realizou o seu triunfo científico e humanitário, a ingratidão natural daquelas que mais se deixam deslumbrar pelos aparatos da glória homicida que pelo honesto e sossegado labor do sábio no remando dos gabinetes e laboratórios - tudo há fornecido contingente para a relativa obscuridade em que se envolve o nome do máximo benfeitor da população nesta capital, onde tinha entrada e funestamente grassava o tifo icteróide. Quero aludir ao Sr. Dr. Osvaldo Cruz, a quem tanto devemos, os moradores das zonas acessíveis ao formidável morbo.

A febre amarela foi durante muitos anos o fantasma do imigrante e bem assim dos brasileiros que, residindo em lugares mais altos e não sujeitos à invasão desse mal, facilmente o contraíam quando, em quadra estival, se arriscavam a passar alguns dias no Rio de Janeiro. Em um dos muitos e bem-sentidos livros do Sr. Dr. Afonso Celso há um capítulo de sinceras lágrimas, esboçando a morte trágica do seu jovem cunhado que aos insultos da febre amarela sucumbia em 1889. Quantas existências em flor assim decepou a moléstia.

Em março daquele ano alastrava-se, a febre, com furor por todos os bairros da cidade. Subitamente enfermou e logo morreu um dos compositores da Tribuna Liberal. O caso, fulminante, aterrou os companheiros do morto, e não havia quem

lhe acompanhasse os restos mortais. Um dos redatores, então único em exercício, e o finado Antonio de Medeiros, co-proprietário e gerente da folha, cumpriram o piedoso dever. Ainda bem me lembra o aspecto desolador que então apresentava o cemitério de S. Francisco Xavier! Não obstante os esforços do administrador, o pessoal não chegava para o serviço de inumação. Amiudavam-se os préstitos finebres. Prolongada a lúgubre tarefa, muitos enterramentos se realizavam ao clarão vacilante das lâmpadas.... Juntava-se a tudo isto o indefinível sentimento de pavor ante um mal oculto. Sabíamos que no ar, ou no gole d'água que tragávamos, ou nas roupas que tocávamos estava escondida a morte, e prestes a desfechar-nos o golpe. Nestas condições o homem de brio não dá mostras de fraco, e sabe cumprir o seu dever; mas preciso é reconhecer que para isto se faz necessária certa força de caráter. Onde a causa do morbo? Um brasileiro ilustre, e cujo nome deve ser lembrado, não como o de um triunfador, porque ele não o foi, mas como o de um trabalhador que se exauriu labutando por descobrir a verdade, o finado Dr. Domingos José Freire, consagrou longas vigílias à rebelde etiologia da febre amarela, chegou mesmo a ver e descrever um *Cryptococcus xanthogenicus*, aconselhou e praticou injeções preventivas - mas nada obteve no terreno dos fatos. A febre amarela, zombando dos esforços e paciente tentames do cientista, havia, como a Esfinge às portas de Tebas, fixado residência no Rio de Janeiro. Não lhe decifravam o enigma, e o monstro devorava os transeuntes. Sabe-se como acabou a porfia. O Édipo veio de Havana, onde uma série de brilhantes e singulares experimentações comprovou, não a origem do tifo icteróide, mas o seu modo de

transmissão por determinada espécie de mosquitos. Em que ignorância bracejávamos todos! Cuidadosos nos afastávamos das roupas e dos papéis dos enfermos, quando, zombeteiro e zunidor, ao nosso lado esvoaçava o brutinho transmissor do mal e portador da morte!

O certo é, porém, que a teoria havanesa não foi entre nós bem recebida. Nestas mesmas colunas gracejei algum tanto desrespeitado para com ela. Nem admira que o fizesse, quando na Faculdade de Medicina a crivavam de erçadas sátiras os mais conspícuos representantes da ciência oficial.

Em frente dessa hostilidade onde, partes iguais, havia a incredulidade leviana dos leigos e o acentuado misoneísmo dos catedráticos, um homem, moço, muito moço ainda, austero na sua singeleza, modesto e retraído, sem outra recomendação que não fosse a de seus trabalhos anteriores, sustentou convicto a verdade da recente descoberta e comprometeu-se a demonstrá-la, saneando a grande capital brasileira e isentando-a, para sempre, dos ataques da febre amarela.

Que arrojado compromisso!

Mas ele o desempenhou corajosa, inflexível, eficazmente. Ao encontro do inimigo aéreo mandou os seus batalhões de mata-mosquitos, objeto de inestinguíveis motejos. Trabalho, trabalhou - e fixou mesmo o dia além do qual não mais se daria um óbito de febre amarela. A profecia realizou-se com exatidão astronômica. O Rio, o nosso Rio de Janeiro, é hoje uma das cidades mais imunes da perigosa febre. Já em plena segurança a podem visitar, bem no meio do verão, companhias de artistas estrangeiros e tripulações.

Achava-se no Estados Unidos o Sr. Dr. Osvaldo, quando entre nós esteve a grande esquadra americana, e, com o justo prazer de um vitória sua, pode o nosso compatriota asseverar ao Sr. Roosevelt que nenhum risco de epidemia corriam os bravos marujos pela sua estadia neste porto.

Em consciência: não vos parece um grande, um nobre triunfador o homem que destarte colaborou para poupar tantas vidas? Que enorme soma de afetos, de energias, de planos, de prósperos sucessos não se perdiam nesses horríveis e silenciosos combates onde o ignóbil vencedor, o mais odioso dos insetos, em torno de si espalhava, os escombros da vida, da esperança, do amor, do talento, da força, e também do bom renome de nossa Pátria?

Se esse homem, numa batalha, houvesse logrado, extinguir tantas existências quantas as que anualmente tem salvo e continua a salvar, sem dúvida seria universalmente aclamado. Levantar-lhe-iam na praça pública um bronze histórico. Ensinar-se-ia nas escolas o seu nome para que em tal modelo se formassem os futuros cidadãos... Mas ele não é um matador. Seu ofício é impedir a morte. Estanca em suas fontes o morbo assassino. Tranqüiliza sobre a sorte dos seus a ansiosa família do emigrante que, batido pela necessidade, entre nós apronta, demandando luz, trabalho e liberdade. É um benfeitor esse homem. Peço, reclamo que em nome da justiça social para ele se volvam, em um movimento de gratidão e de altíssimo apreço, todos quantos na arca do peito têm o um coração formado para a solidariedade humana e para a compreensão dos reais serviços que a ciência é lícito esperar.

Bem: mas o Dr. Osvaldo Cruz agora aceita, segundo nos informam as folhas, um espinhosa e arriscada missão. A estrada de ferro Madeira-Mamoré atravessa regiões inóspitas, insalubérrimas, inundadas onde vicejam florestas cujas sombras albergam incógnitas entidades nosológicas, desconhecidas e ferozes molésticas, cujos golpes são tão rápidos e seguros como os da empeçonhada seta dos índios. Malária e beribéri galopante são nomes da medonha legião que ali se acouta e implacável salteia engenheiros e trabalhadores.

Trata-se de investigar as causas das terríveis endemias que assolam essa região e que, aliás, naturalmente não poderão ser, debeladas sem labores hercúleos e que de todo lhe transformem as condições telúricas e climáticas.

Que a empresa se afigure condigna do distinto médico, não há negar; mas o que aos poderes públicos cumpre ponderar é, se lhes socorre a obrigação, moral e patriótica, de impedir, quanto possam, o provável sacrifício de um homem de tamanho valor no temerário cometimento.

O saneamento dos grandes focos de população impõe-se-nos como dever mais imperioso do que o estudo dos venenos que infeccionam um local ora condenado pela natureza e que só lhe disputaremos quando já pela vastíssima área do nosso país nos escasseie o território aproveitável.

Não ignoro que por um tratado internacional a estrada tem de ser construída; bem conheço que assim para a Bolívia como para o Brasil há graves interesses em tal construção; mas lícito me seja duvidar dos resultados dessa ferrovia, onde os viajantes, quando não sejam assaz felizes para somente apanhar sezões, correm o perigo de endoidecer ou de caírem fulminados pelo beribéri galopante. Governo fora eu - e outra a missão que confiara ao Sr. Dr. Osvaldo Cruz. Dar-lhe-ia todos os meios para que encetasse uma campanha em regra contra o minotauro da tuberculose que tantas vítimas faz nesta cidade e que tão cruelmente nos dizima a juventude.

O tributo que assim pagamos é assombroso; e quando aqui mesmo, na primeira cidade sul-americana, ovante e implacável campeia a tísica, não vejo por que nos remotos confins de nosso país se iria dar combate a outros flagelos, que têm a sua explicação na própria natureza do solo

alagadiço e prene de venenosas perfídias. Agora ou nunca, seria o caso de repetir com o poeta dos Lusíadas:

*Deixas criar às portas o inimigo
Por ires buscar outro de tão longe,...
Bucas o incerto e incógnito perigo*

Enfim partirá, se no imprudente propósito persistir, o ilustre brasileiro. Deus o acompanhe! Sim, Deus. Eu não conheço a religião nem a filosofia do Dr. Osvaldo; qualquer, porém, que ela seja, creio que objeto de providencial cuidado será o preservador de tantas vidas. O sol também luz para os que lhe fecham olhos. E o primeiro efeito da celestial bondade já o deve sentir, na sua consciência, o nosso preclaro compatriota.

FUTURISMO

Jornal do Brasil, 7/8/1910

Leio nas folhas a notícia da criação de mais uma filosofia, já exornada com o título que encima estas linhas.

O futurismo está sendo pregado na Europa por um Sr. Marinetti, trêfego advogado milanês, cuja doutrina, radicalmente oposta à de Augusto Comte, ensina que os mortos devem ser totalmente esquecidos e, portanto, condenados a não governar absolutamente os vivos.

As opiniões, como de ordinário acontece, têm-se dividido, aparecendo em frente dos sectários da novíssima seita alguns tradicionalistas, que ousam reclamar certa indulgência para com o passado, sustentando que o elemento histórico é um dos fatores da civilização, e ao mesmo tempo com lição da experiência não convém que de todo seja desprezado.

No sentir da iconoclasta Marinetti, uma das condições para a marcha triunfal da humanidade, é só olhar para a frente. Nada de vistas retrospectivas inúteis e até prejudiciais. O homem que esteja fazendo, sairá errado quando se modele pelo homem que foi. Para progredir é preciso deslembrar, ou antes ignorar fundamentalmente o que tenha sido.

Eu não conheço o Sr. Marinetti; mas entendo que, se leva a peito a sua propaganda, só tem um caminho a seguir: tome um transatlântico e venha cá ao Brasil fazer conferências. Este conselho de um desconhecido poderá parecer exorbitante das boas normas: mas eu lho dou, ao já ilustre propagandista, com espírito de simpatia e para o bem dele e da sua novidade.

Realmente, não conheço país em que mais probabilidades de ótimo êxito se lhe possam deparar. Direi mais, sem contudo, nem de leve, apoucar a originalidade do Sr. Marinetti: nós os brasileiros, somos genuínos precursores da sua filosofia.

Há vinte anos, seguramente, não fazemos senão rasgar e queimar a História. Pode-se dizer que os anais destes últimos quatro lustros nada mais são do que um imenso auto-de-fé, em que arde a tradição. Venha para cá o Sr. Marinetti e, em vez de recalci trantes discuti dores, achará cordatos discípulos e talvez mesmo provados mestres.

Que era a nossa pátria na tarde de 14 de novembro de 1889? Uma Monarquia entre Repúblicas. Mas exatamente a isso devia segredo da sua tranquilidade e da sua integridade majestosa. O tradicionalismo, emperrado, fazia timbre em manter aquilo. Muito em boa hora um movimento, insuflado pelo civilista Rui Barbosa, espedaçou todo aquele organismo. E que pensa o Sr. Mmarrinetti que, no dia imediatamente, fizeram os tradicionalistas? Bateram palmas voltando costas ao passado, encetava não trilhados caminhos.

Uma sentinela, à porta do senado (nesse tempo havia sí um) dispersou os senadores encantadíssimos com a invovação. O Supremo Tribunal, constituído por venerandos anciãos, comparceu exultante (tal o termo empregado) para felicitar os inovadores. E quando assim procediam os velhos - laudotores temporis acti, no dizer de Horácio - imagine-se o delírio da gente nova!

Não é só isto. No ensino público vazou-se um olho, ou antes vazaram-se os dois que olhavam para o passado: a Filosofia e a História. Atualmente, se um Sr. bacharel em Ciências e Letras perguntarem quem foi Aristóteles, que é que escreveu, como influiu na mentalidade das muitas gerações que o leram, estudaram, meditaram e comentaram, o moço terá o direito de dizer que não sabe, porque ao simples estudo da Lógica se resume o curso filosófico oficial. Não se pode, convenha o sr. Marinetti, levar mais longe o ódio do passado.

A História ainda é objeto de algumas lições, mas já houve quem se propusesse suprimi-la de vez, substituindo-a por umas preleções sobre artes, com o devido acompanhamento de projeções luminosas, porque (está escrito em um relatório da Justiça e do Interior) é muito mais interessante para os rapazes conhecer a Vênus dos Médici (e mesmo a Calipígia) do que os sucessos dos marovíngios ou das Cruzadas.

A reforma em tal sentido não foi levada a efeito; mas é provável que ainda o seja, mais dia, menos dia; e, se tal acontecer, já vê o Sr. Marinetti que tem quase atingido o seu *desideratum*.

Há, em todas as nações, um patrimônio de glórias que elas se esforçam por guardar zelosamente. Aquelas que custam sangue, são de ordinário as mais preciosas. Estão, por assim dizer, santificadas pela morte e pelo heroísmo. Por isto as bandeiras tomadas ao inimigo são relíquias patrióticas; nem vai no conservá-las injúria alguma aos adversários vencidos. Entre nós, porém o Sr. Marinetti, naturalmente infenso a estas opiniões, nada acharia que nos exprobrar.

Mantivemos, efetivamente, renhida luta com o Paraguai, que, alucinado por um déspota, desacatara o Brasil, prendendo, sem declaração de guerra, o nosso Presidente de Mato Grosso e invadindo e talando duas de nossas províncias. O Paraguai era uma nação toda em armas; vencemo-lo em terra e água e, depois de o havermos subjugado, respeitando nele o povo de valentes, não lhe tomamos sequer uma polegada de terra, nem jamais o afligimos para que nos pagasse a contribuição de guerra. Pois bem! há brasileiros (como os Srs. positivistas ortodoxos) para quem o nosso desforço, a nossa defesa, a reivindicação dos nossos brios e direitos, foi uma guerra de que nos devemos envergonhar! E não faz muitos dias, outro patriota, o Sr. Medeiros de Albuquerque, declarava que a campanha do Paraguai, em seu conjunto, só para esta nação foi honrosa... Que mais desejara, em postergação do passado, o honrado Sr. Marinetti?

A catequese: eis outro capítulo longamente desenvolvido em nossa História. Nenhum país do mundo tem fatos que se assemelhem, de longe sequer, às maravilhas operadas pelo Anchieta, pelo Nóbrega e por seus companheiros. Delas, com mais razão do que tinha o Camões falando das proezas lusitanas, lícito nos fora repetir com ufanias:

As verdadeiras nossas são tamanhas
Que excedem as sonhadas fabulosas.

Um povo que se embevecesse na História, que cultivasse a tradição, que amasse o passado, folgaria de lembrar esses feitos e tentaria continuá-los pela catequese católica, única eficaz para a redução do gentio, em toda a parte do mundo. Mas o marinetismo já entre nós tinha adeptos antes de brotar o Sr. Marinetti. O que se procura fazer em catequese é o que nunca até hoje se tinha feito. Uma repartição leiga, e marinética também, há de vir aos bosques atrair os silvícolas, pregando-lhes, em vez do Evangelho, os relatórios da Agricultura. É sistema novo e completamente divorciado da História. Que encanto para o grande inimigo do passado!

Em geral, quando um sujeito leva uma tapona ou padece qualquer demonstração de hostilidade, ponderando este fato, e doendo-se dele, principalmente quando não é muito antigo, evita relações com o proprietário dos cinco dedos da ponta do pé agressivos. Mas para o fazer é preciso ter memória, olhar para o passado. Desde que, *marineticamente*, isto seja defeso, o que cumpre ao injuriado é tratar o ofensor como se nada tivesse havido; e até mesmo prodigalizar-lhe sinais de inequívoca deferência. Parece difícil de obter; mas não é tanto assim. Vou lá dizer como. Digne-se de atender o Sr. Marinetti.

Na vizinha República Argentina um cidadão, de nome Zeballos, tomado de acerbos sentimentos para conosco, nenhum meio tem disculado de nos maltratar pela imprensa. É um sujeito que não se resigna ao seu papel de vencido na questão das Missões, onde aliás, após a sentença arbitral, tão cavalheirosa se mostrou a Argentina, respeitando o arbitramento que lhe foi desfavorável, assim como nós o teríamos acatado na hipótese contrária, e como feito o fizemos em nosso litígio com a Inglaterra, na Guiana. Sabe-se tudo isto: mas o que bem revela completa eliminação destes dados históricos é que, ultimamente, em Buenos Aires, a uma conferência do Sr. Zeballos, detrator do Brasil, amavelmente compareceram personagens oficiais e representativas do nosso país. Se o Sr. Marinetti não de aborrotado com esta postergação da História de ontem, bem difícil é de contentar!

Outra coisa: - Qual a grande, talvez a maior dificuldade em uma constituição política? Garantir a harmonia dos poderes públicos; evitar conflitos; dirimi-los, quando acaso se manifestem. É o que o finado Pena chamava *lubrificar o sistema*. Mas tudo isto são velharias do Direito Constitucional. Omitindo a lição do passado, a vigente Constituição não cura nem de evitar, nem de remover conflitos. Temos um Conselho Municipal não reconhecido pelo Prefeito. Possuímos duas Assembléias Estaduais Fluminenses, rivais, antagônicas irreconciliáveis, posto que politicamente não se distinguem, porque ninguém sabe qual a política de uma e de outra. Que fazer? nada. É olhar para a frente. Siga o carro como e por onde puder. Desafio o Sr. Marinetti a encontrar mais cabal despreendimento dos usos, mais acentuado desprezo das tradições, mais valoroso espírito de inovação.

Uma das coisas que me entristecem é que, adotado entre nós o futurismo, seria preciso, talvez, fechar o Instituto Histórico: e que fazer, então, do pobre Secretário Perpétuo, Sr. Max Fleiuss? Verdade é que, para continuar no cargo, ajuizadamente ele poderia alegar que sempre mais curou do futuro.

Outra supressão perigosa: a dos aniversários natalícios.

Mesas de chefes ornamentadas de flores e circundadas de disciplinados, gentilíssimos e dádivosos; charangas festivas, discursos pontuados de foguetes e declamados com voz umedecida por lágrimas; copos d'água improvisados na residência do *aniversariante e homenageado*, agradavelmente surpreso pela explosão de afeto dos seus subordinados - fatalmente estariam fadados à eliminação, porque toda comemoração é um lance de vista ao passado e todo o passado é odioso...

Para que, porém, nos aflagirmos antes do tempo? O que só pretendia mostrar é que, mais uma vez, a Europa tem de curvar-se diante do Brasil. O Sr. Marinetti criou o *futurismo*, mas nós o tínhamos adivinhado, como precursamos a navegação aerostática. Venha, repito, a estas plagas hospitaleiras e ansiosas de missões européias.

Nós já temos o patriotismo positivista, o zebalismo brasileiro, as duplicatas insanáveis e a catequese leiga. Mais algumas lições e ficaremos mestres.

DEMOCRACIA?

Jornal do Brasil, 25//5/1912

O que está passando para a formação da Câmara dos Deputados, não é novo, como agora se afigura aos descontentes. Quem não se lembra é porque lhe não faz conta lembrar.

A República, segundo hoje confessa o Sr. Senador Glicério, tem sido o falseamento sistemático do voto. Só o que ao ilustre paulista se pode, não objetar, mas aditar, é que o maior, o mais esdandaloso de tais falseamentos se deu na eleição para a Constituinte, pleito iníquo, porque já se realizava segundo as prescrições do famoso *regulamento-gazua*, mas de que, entretanto, nas mais desvantajosas condições para os monarquistas resultaram a minha eleição para deputado e a do Brão de Ladário para senador, pelo Distrito Federal. Fomos ambos ditatorialmente eliminados; e do Governo Provisório, que ordenou tal atentado, fazia parte conspícua o cidadão Francisco Glicério.

Proclamado o vigente régimen, a legislação eleitoral que ele veio encontrar, era a recentemente instituída pelo Sr. Saraiva. A dificuldade da prova de renda prestava à lei, não o contesto, certo carácter plutocrático; mas susceptível era ela de retoques e melhoramentos que mais a democratizassem. O certo é que na primeira experiência da Lei Saraiva foram derrotados alguns ministros da Coroa; e, sob o Ministério Ouro Preto, não obstante a imensa popularidade que logo adquiriu, já pela força naturalmente ligada a uma situação partidária nascente, já pelos auxílios que de novo gabinete esperava a lavoura malferida na abolição, todos os matizes políticos, inclusive o republicano, estariam representados na Câmara temporária. É falso dizer-se que unânime teria ela sido. Falsíssimo... E ainda bem que hoje, aplacadas as paixões, e dissipada a fumaça da mentira, temos a lealdade do Sr. Glicério publicamente reconhecendo que em 1889 foi a sua candidatura honestamente protegida pelo Governo contra os botes de insofridos e menos conscienciosos adversários!

A República, não se sentindo forte, em 1889, para governar com o povo, suprimiu o povo. Regime essencialmente fundado no voto popular, ela engendrou um sistema de falcatruas e de irresponsabilidades tendente a não deixar eleger senão os apaniguados do Governo. E daí promanou aquele absurdíssimo espetáculo de um Partido, que na véspera não passava de ínfima minoria, e que meses depois não permitia nem na Câmara dos Deputados nem no Senado Federal uma só voz que lhe falasse do passado e que de frente erguida inimisse ao presente, vitorioso, a honestidade e a lisura dos vencidos...

Ah! por que então, com toda a eloquência de suas másculas indignações, não advogou o Sr. Glicério a causa dos seus compatriotas sucumbidos na cilada de 15 de novembro? Por que aos seus companheiros de governo não ensinou que, quase sempre, para a boa direção política de um país maior é o admi nículo das oposições intransigentes que o das maiorias servir? Por que não ponderou que uma pequena minoria manárquica, na Constituinte, e nos Congressos que lhe sucederam, longe de empecar a marcha governamental, obstaria à fragmentação das hostes republicanas e daria a nota de um contraste salutar, mesmo nas suas exagerações?

Nada, porém, disso fez o honrado Senador paulistano. Prestou aos dominadores o apoio da sua complacência, senão da sua cumplicidade, em todos os atos antiliberais que inauguraram o regímen: esmagamento da imprensa dos contrários, violências pessoais contra os destemidos... Percorra-se toda a triste história dos primeiros anos do regímen, leiam-se com toda atenção as atas do Governo Provisório, os jornais do tempo, consulte-m-se as testemunhas de todos aqueles fatos - e não se encontrará, da parte do nobre Senador, uma só palavra de comiseração, um só gesto de piedade, uma qualquer mostra que patenteasse os tesouros de liberarismo e tolerância que ora lhe borbulham do verbo senatorial inflamado.

A razão não dificilmente se descobre. É a que explica muitos casos da política, mormente em países que, como o nosso, ainda fremem após as convulsões de que foram teatro. A razão é que entre revolucionários, muito ao invés do que em geral se pensa, raríssimos são os homens que obedecem a princípios ou normas fixas. O próprio nobre Senador, conforme tenho ouvido dizer, mais de uma vez há declarado que em nada considera o que vulgarmente se chama *coerência*... Assim a opressão e o esbulho do voto, que lhe pareciam cousas naturalíssimas para firmar o regime de sua predileção, hoje se lhe antolham abomináveis e execrandas prepotências, desde que lhe não sorriam às paixões ou aos interesses.

Tenham, porém, paciência o nobre Senador, e com S. Exa. todos os revolucionários ora em oposição: - dos princípios que S. Exas. sufragarem, infalivelmente decorrerão todos os consecutórios. A República, iniciada pela falsificação do voto, só pela mais estúpida anomalia poderia dar um regime verdadeiramente democrático. Esses militares que ambicionam cargos políticos e, apoiando-se nas populações oprimidas pelo oligarcas, aspiram à escalada dos governos estaduais, nada mais são do que os irmãos, sobrinhos ou filhos dos outros oficiais que em 89 puxaram da espada contra o Imperador e ao paço da Cidade lhe foram intimar a deposição. Se aplaudistes 89, e se 89 deveis tudo o que politicamente sois, não tendes agora o direito de fundar um partido que se diga liberal, isto é, amigo da liberdade. A liberdade vós mesmos a destruístes, há quase vinte e três anos, na praça pública, intimidando o povo com o aparato militar.

Bem: a República atual falseia o voto. Ela o falseia desde o começo pela má constituição do eleitorado. Um dia de eleição, mesmo aqui no Rio de Janeiro, é um dia de terror para o cidadão inerte e pacífico. Transita-se assustado. Uma detonação qualquer faz os transeuntes. Olham-se uns aos outros desconfiados. Dão-se longas voltas por não se passar pela frente das casas onde há eleições. Os que até lá se arriscam, topam com uns sujeitos

mal-encarados e que os fazem deplorar o hábito de andar sem armas. De vez em quando há um alarido e arrebatam-se a urna com os papéis. Não raro, cinicamente, o cenário fica vazio, não há votantes, ou, se aparecem, faltam os mesários; e, entretanto, logo depois, um descarado afixa à porta o boletim marcando o número de votos aos mandantes da molecagem! Ora, se por isto é o que vemos nesta grande capital. Imaginai o que não será uma eleição em Goiás, em Mato Grosso, no Amazonas e, geralmente, em todo o território desta República sem voto!

Com este dizer tenho ferido o ponto essencial da questão. Na República não há eleições! O reconhecimento de poderes somente pode interessar aos profissionais da política. O povo, em sua imensa maioria, sabe que não vota. Temos tido presidentes da República não qualificados como eleitores. E fazem muito bem os que não votam, porque, com as leis vigentes, o voto é uma inutilidade e um perigo. Inutilidade porque ele não se conta, quando assim o resolvem os armadores de duplicatas e de outros alçapões. Perigo, porque a intolerância republicana frequentemente se desata em convívios, injúrias, palavradas, pancadaria e tiroteio.

Mas, pergunto eu, pode haver República sem voto? Se o que se acha não exprime, nem de longe, a vontade popular, se nunca se exprimiu, se não podemos expressá-la pela fatalidade histórica, pela falta de preparo intelectual e moral do povo, pela carência de eleitorado, pela pretérvia dos discólos, e pela tibieza dos bons elementos - então, sinceramente, que nome se dar à criação política de 89?

A Monarquia Constitucional (o Sr. Glicério e outros muitos agora já o reconhecem) a Monarquia Constitucional tinha um cargo supremo, inamovível, inatingível pela salsugem das vagas partidárias. Esse magistrado inamovível nada tinha que perder no embate das paixões políticas. Todo seu interesse era temperá-las, moderá-las, encaminhá-las ao bom governo. Chamavam a isto tirania! Hoje o Presidente da República tem de ser, por força, o

produto de uma pugna, e, vencedor, naturalmente e até por dever de gratidão, se tem de encostar a determinado grupo. Seu governo, infalivelmente, há de ser de partido. No dia imediato ao de uma eleição divide-se a nação em vencedores e vencidos. Chama-se isto democracia! Sim, mas assim será nas terras onde haja verdadeira luta eleitoral, arcando lealmente duas ou mais forças em competição. A República aí padecerá dos defeitos ingênitos à sua própria natureza, mas enfim será uma República. Entre nós, porém, o vício que corrói o sistema ataca-lhe o centro vital, e perturba todo o organismo. Daí a indiferença popular no reconhecimento de poderes. Tenho falado com inúmeras pessoas da mais alta representação social neste Rio de Janeiro: - não conhecem os deputados, não votaram neles, não lhes importa que sejam ou não reconhecidos. Ao que se passa na Câmara o povo é totalmente, estranho; e, por fim, quando eu, outro dia, a uma conspícua personagem, que já foi pró-homem de importante Estado, ponderava que no reconhecimento de poderes a questão, mais que política, devia ser de consciência, por não tirar o seu a seu dono, gravemente me respondeu o ilustre republicano:

- Lá por isso, não, porque, na consciência, nenhum deles foi eleito.

..... 1

Do que tudo se segue que a República ainda está por fazer. Os que destruíram o Império, dando um salto nas trevas, atacaram-se em um abismo, e deste ainda não lograram sair.

(1) - a linha pontilhada é do original

15 DE NOVEMBRO

Jornal do Brasil, 21/11/1912

Saí a passeio no dia 15 de novembro. A cidade festivamente iluminada regurgitava de povo. Desci do *auto-avenida* ali em frente do Passeio Público, onde, conforme se anunciara, havia uma fonte luminosa digna das *Mil e Uma Noites*. Inimigo de apertos, não consegui entrar. Segui, pedestremente, a meditar nos esplendores e opulências do tegimen. Pouco mais adiante encontrei um respeitável eclesiástico, que, de acordo com as idéias do Sr. Bispo do Ribeirão Preto, (1) é grande admirador da atualidade política.

- Muito folgo - disse-me - de ver tomando parte nos folguedos populares.

- Sim, senhor. Na minha qualidade de contribuinte também eu pago para estas festanças republicanas, e parece-me estúpido não gozar um pouco daquilo para que me sai o dinheiro do bolso.

- Faz bem, ainda que, pelas suas conhecidas idéias, a data de hoje lhe deva ser não de regozijo, mas de luto.

- Como para V.Revma..

- Para mim não, que tendo sido monarquista, no tempo do Império, como o Sr. Bispo do Ribeirão Preto, depois lealmente aceitei a situação, desde que ela me garante a liberdade da nossa Igreja.

- Quer isto dizer que, salvando os princípios, V.Revma. se inclina a preferir a separação da Igreja do Estado.

- Não em princípio, como muito ben diz, mas como um mal preferível à união em que o Estado se reserve o falso direito de oprimir a Igreja.

- Do que também concluo que V. Revma. é secretário do divórcio.

- Nego a paridade do argumento.

- Mas em razão maior. O que acaba de ponderar, sufraga a opinião daqueles que no divórcio, veem a libertação da mulher escravizada.

- Não pensa bem. O divórcio é a dissolução de um vínculo instituído pelo próprio Deus.

- E não acredita que do mesmo Deus haja partido a união da sociedade civil e da Igreja? Não é, porventura, a Igreja como que a alma desse corpo que é o Estado? Nem sou eu, aliás quem o afirma: foi Leão XIII que o ensinou.

(1) - D. Alberto Gonçalves, Senador da República

- Bem, mas vamos à prática: preferiria V. que o Estado ímpio, ateu ou positivista, tivesse ingerência em cousas da Igreja?

- Preferiria que a nação não fosse, como é, oficialmente anticristão.

- Anticristã, não, indiferente.

- Não pode haver indiferença diante de Cristo. Ou adorá-lo volver-lhe costas.

- Não defendo, meu amigo, o indiferentismo religioso da Constituição: aceito-o *pro bono pacis*? (2), por evitar mal maior.

- Aceita-o jubiloso, desde que bate palmas à revolução que o instituiu. Festejar o advento da República é aplaudir os consecutórios do fato: a vitória do Positivismo Ortodoxo, isto é, do filosofismo diretor do levante, a consequente separação da Igreja do Estado, o ensino leigo, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, etc, etc. Se tudo isto lhe repugna, não pode V. Revma. ser simpático ao movimento que entre nós o estabeleu.

- Quer com isso inculcar que todo padre, e mesmo todo católico, deve ser monarquista.

Absolutamente não; mas sustento que, muito embora o católico ou o padre propendam para a forma republicana (no que máxima liberdade a todos deixa a nossa Igreja) entretanto não podem ser simpáticos a um régimen que fundou e mantém prazeres diametralmente opostas aos ensinamentos católicos.

- Deixemo-nos disso... Já ouviu alguma das belas conferências do Padre Deiber?

..... 3

Mas adiante foi um marechal (há mais de trinta no Rio de Janeiro) que se me fez encontrado.

- Oh! por aqui? Está gostando das luminárias? Viu a fonte luminosa do Passeio?

(2) - "Por amor à paz".

(3) - esta linha pontilhada e as seguintes são do original

- Não, Marechal, não pude entrar.
- O que me admira é que também o amigo venha a estas demonstrações do júbilo republicano.
- Perdão, Marechal, se eu também pago para elas...
- Como assim? Assinou alguma coisa?
- Marechal, tudo o que Governo e Municipalidade fazem para nos divertir, sai da algibeira do povo. Ora, eu também sou povo.
- Tem razão; não me lembrava esta! Mas em todo caso o Sr. é monarquista e não lhe hão de sorrir estas folias.
- Nem tampouco a V.Excia., se atendermos aos princípios.
- Lá isso não, que eu sou republicano, pelo menos desde 1989.
- Mas antes disso era soldado e portanto zeloso da disciplina e da submissão hierárquica em que assenta toda a vida militar.
- Certamente.
- E, assim sendo, acha regular que um soldado puxe da espada contra o seu coronel? Ou o coronel contra o general? Ou o general contra o Chefe da Nação, que constitucionalmente é o Chefe Supremo de toda a força armada? Nunca.
- E contudo foi o que se fez em 1889. V. Exa., portanto, festejando, de coração, o 15 de novembro, proclama legítimo o princípio da insurreição militar. Sanciona a idéia mais dissolvente que imaginar se possa contra o nobre e quase santa obediência do soldado ao seu superior hierárquico. Reconhece o direito que acaso teria a força armada de, a seu talento, mudar de bandeira e derrocar as instituições.
- Ora, meu amigo, o Sr. com tais argumentos está pregando a revolução!
- Não, Marechal, eu sou quem está na ordem, e o revolucionário é V.Excia. Eu nego ao soldado e ao marujo o errôneo

direito de perjúrio. Condeno, por isto, os sucessos que V.Exa. festeja, e que perigosamente sufraga, pois que de seu exemplo já têm saído, e a cada momento estão surdindo nocivos imitadores...

- Não continue, porque iríamos ao infinito... Que me diz da campanha dos Balcãs? Tem alguma carta boa, melhor do que o comum dos atlas, e onde se possa estudar o movimento estratégico?

.....
- Adeus, Laet, que andas a fazer tão distraído que nem vês os amigos?

Era um velho camarada quem assim me interpelava. Filho de uma distinta família que com lustre figurava na política do Império, desde muito moço foi deputado provincial e depois *geral*, segundo então se dizia. Em seguida à revolução aderiu, como toda a gente, propondo-se ensinar aos republicanos os segredos da governação.

Depois do cordial *shake-hand*, logo acompanhado do abraço nacional com as tradicionais pancadinhas no omoplata, veio a perguntinha já esperada:

- Mas como é que um monarquista se diverte a ver luminárias republicanas?

- Porque elas não se fizeram só para os patetas da República; e com eu também pago para a música...

- Para a música?

- Sim, e para os foguetes, e para tudo... Pois não sai tudo isso dos impostos?

- É muito boa! Não me ocorria... Mas pela rigidez dos teus princípios...

- Pode-se ter princípios e vir ao fogo de artifício. Demais, um dos que hoje deviam estar mais tristes, eras tu.

- Eu?!

- Sim. Por que foi que aderiste, e a que foi que aderiste?

Não certamente senão para melhorar a situação política de tua pátria. O regímen de caído não fazia bem felizes as províncias... E achas que os Estados vão perfeitamente? O credor inglês já não é da mesma opinião, e não hesita em mo-lo dizer na bochecha. Na Monarquia o parlamentarismo era uma inútil almanjarra... E agora o Congresso com a sua exploração do subsídio e vergonhosas chinfrineiras? O *deficit* era crescente... E não terá dobrado pés com cabeça? O carácter...

- Basta. Eu não digo que tudo haja melhorado; mas, francamente, alguma cousa de grande e belo já têm feito...

- Como por exemplo...

- Já viste a fonte luminosa? Um prodígio, meu amigo, uma verdadeira maravilha!

- Tens razão. Os foguetes agora também são esplêndidos. Antigamente, os fogos de vistas eram muito mais modestos...

.....
Poe último o Rebomba, como nós o chamávamos na Central. (4) Republicano antiqüíssimo, em verdade, e muito anterior, na série paleozóica, aos mais célebres espécimens da fauna republicana.

- Adeus, Rebomba, deixa-te desses ares macambúzios.

- Não tenho motivos para maior alegria.

- Nem na data do teu momorável triunfo?

- Bem sabes que me julgo logrado. Queres que mais uma vez te exhiba a chapa de não ser esta a República que sonhávamos?

- Compreendo e lamento-te.

- Lá isso não. Guarda para ti essa desdenhosa compaixão.

O que está, não é lá muito bom, mas no fim de contas é uma República. A ti, portanto, e não a mim é que compete o choro no dia de hoje... E até me admira como tens gosto em passear tão lampeiro.

(4) - A Escola Central, depois Politécnica, no Largo de S. Francisco, onde Laet se graduou engenheiro-geógrafo e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas.

- Enganas-te. Maior do que a minha deve ser a tua mágoa. Choras a perda dos teus ideias: eu não... Olha: todas as cousas neste mundo estão sujeitas a ter fim, e o que importa não é só viver, mas morrer dignamente. A morte da Monarquia foi um ocaso esplêndido! Ela morreu abençoada por meio milhão de cativos, cujos ferros acabava de espedaçar. Morreu opulenta e mantendo ao par o valor do papel-moeda. Morreu deixando vago no convívio das nações o trono em que se assentava um intelectual respeitado por todo o mundo. Morreu proferindo como árbitro sentenças internacionais. Morreu envolta no pavilhão que glorioso tremulara em Monte Caseros, em Riachuelo, em Tuiuti e Humaitá.

- Sim; mas morreu.

- Ignoras, porventura, que há para todos os povos umas estranhas ressurreições?

- Sabastianista!

- E que foi o Sabastianismo senão a crença nos ressurgimento de Portugal? Não voltou, é certo, o heróico apládim de Alcácer-Quibir, mas com João IV o Sebastianismo acabou tendo razão.

- Já viste a fonte luminosa?

.....
Assim, dos quatro amigos com quem confabulei, nem o padre, nem o marechal, nem o republicano de 89, nem o pré-histórico, nenhum deles me soube provar por que estava ou devia estar satisfeito. Homens foram eles de princípios, e só de tristezas lhes seria a famosa data. Disfarçaram, mas sente-se que estão roubados.

Eu vivo na contemplação de um ocaso que é uma apoteose!
E espero uma alvorada talvez ainda mais esplêndida.

DEMOLIÇÃO DA HISTÓRIA

A Gazeta, São Paulo, 29-9-1922

Desde o seu princípio tem sido a República uma grande inimiga de tudo quanto procedeu. Dir-se-ia que o ideal dos revolucionários houvera sido a criação de uma nacionalidade em 15 de novembro de 1889, data que logo ostentaram como capital no brasão da República.

Absurda foi tal disposição de espírito, porquanto a sedição republicana não tinha que vingar nenhuma injúria, e descoberta e respeitosa se apresentou perante o magnânimo Imperador, pedindo-lhe que se resignasse, nem promovesse de qualquer modo a sustentação dos seus direitos majestáticos.

Entretanto, como bem se pode ver pela atenta leitura dos jornais da época, uma multidão desnorçada e ávida de favores estolidamente declarou guerra a tudo quanto podia recordar esse meio século de glória que foi o reinado de Pedro II.

Mutilados nas legendas e nas frontarias perderam os monumentos e selo histórico de sua fundação. No antigo Campo de Santana, por exemplo, formosissimamente ajardinado em 1873, quando era Ministro do Império o benemérito Conselheiro João Alfredo, figuravam as armas imperiais e a data da inauguração exornando a gradaria que circula a praça. Desapareceu a data verdadeira e foi substituída pela de 1889, como, também no brasão republicano degeneraram as armas imperiais. A República nascente dá assim clamoroso testemunho do seu amor ao anacronismo.

A intolerância não admitia discussão; e disto tenho claríssima prova, eu que fui demitido do meu cargo de professor catedrático e vitalício do Colégio Pedro II unicamente por ter protestado contra o fato de se tirar ao referido estabelecimento o nome do seu augusto protetor que desveladamente o visitava com as maiores demonstrações de interesse.

Para mostrar até que ponto nessa triste época o grotesco pegava som o injusto, posso lembrar aquilo que se deu na

Academia Imperial de Belas-Artes logo nos primeiros dias da sedição. Havendo-se espalhado pela cidade a notícia de que fora eu preso como redator-chefe da Tribuna Liberal, procurei imediatamente na Academia a meu sogro, o finado Professor João Maximiano Mafra, no intuito de que por seu intermédio se tranquilizasse minha inquieta família, residente em Santa Teresa. Não encontrei a quem procurava mas lá se me deparou o Diretor da Academia, (1) todo entregue a um afanoso mister. Com uma faquinha ele se ocupava em destruir no bojo das talhas da Nahia, existentes nos corredores, as coroas imperiais que a dedicação monárquica modelara em relevo naqueles grandes vasos de barro.

- Conselheiro, disse-lhe eu então com intuição profética, V.Excia. destrói facilmente a coroa; mas a talha fica furada...

Assim foi com efeito, porquanto o câmbio, que apesar da febre amarela. o Império tinha deixado a mais de 27 dinheiros esterlinos por mil-réis brasileiros, cotação de 14 de novembro de 1889[,] já em janeiro do ano seguinte havia baixado a 15 e desde então até às humildes planuras a que se degradou o valor da moeda nacional.

Não foi, porém, no respeitante à política que se manifestou a insânia renovadora. Desde então, com raros intervalos de lucidez, parece odioso tudo aquilo que se afigura antigo. Os edifícios públicos passaram a ter aplicação totalmente diversa daquela para que foram construídos. Assim [,] do Paço de São Cristovão se fez o primeiro a sede da Assembléia Constituinte e depois do Museu Nacional. A casa que era a do museu Parques da República transformou-se em depósito de artigos bélicos e hoje é o Arquivo Nacional. A Academia de Belas-Artes de que acima se falou, é hoje a Secretaria da Fazenda. O Senado Federal pulou do seu antigo lugar (antigo palácio do Conde dos Arcos) para um pavilhão destinado a exibições numa exposição norte-americana. A Câmara dos Deputados,

(1) Ernesto Gomes Moreira Maia, nomeado para o cargo em 1889

depois de ter também figurado no Monroe, parece ter-se fixado no edificio da Cadeia Velha, mediante custosíssima adaptação, realmente luxuosa, mas de péssimo gosto, como bem reconhecerá quem atentar nos ridículos bonecos de cimento armado colocados na frontaria. Entre eles se acha o de Marechal Deodoro, despido à romana e cavalgando um hipogrifo prestes a despenhar-se lá do alto.

Nem mesmo as estátuas ficaram quietas. No próprio radical do vocábulo se contém uma idéia de fixidez e estabilidade que os revolucionários não acatam. A estátua de João Caaetano colocada primitivamente em frente da Academia de Belas-Artes depois desterrada para o Parque da República e depois trazida à Praça Tiradentes, onde se acha de frente o Teatro São Pedro (2). O modesto monumento, consagrado à meória de Buarque de Macedo já esteve na rotunda de São Diogo (Estrada de Ferro Central), donde voltou empoeirado e fuliginoso ao seu primeiro local. José de Alencar, como que fatigado da sua demora em frente do Hotel dos Estrangeiros, passou num belo dia a residir no outro lado da praça... E quando, por qualquer motivo [,] as estátuas não se tornam móveis, muda-se-lhes a colocação sobre o pedestal, como aconteceu com a de Cristiano Benedito Ottoni, que primeiramente foi posto a olhar para o edificio da estação unicial da Estrada de Ferro Central do Brasil e hoje, tendo feito meia-volta volver, está olhando para o lado oposto.

Não é preciso insistir no assunto, aliás muito interessante, não só pela sua face política e social, como pela meramente psicológica ou antes psiquiátrica: e para rematar estas deslinhadas considerações quero registrar um fato que já teve máxima repercussão na Câmara dos Deputados e na Academia de Letras.

(2) Atual Teatro João Caetano.

Trata-se da destruição da Casa de Marília de Dirceu em Ouro Preto. No terreno da tradicional vivenda o Ministério da Guerra pretende construir um quartel... (3)

O primeiro movimento elevado à memória do Tiradentes erigiu-se em Ouro Preto, no tempo do Império [,] quando era presidente da República o finado Conselheiro Saldanha Marinho. O centenário da morte de Cláudio Manuel da Costa foi celebrado em sessão pública sob a presidência de Pedro II no Instituto Histórico que então trabalhava numa dependência do Paço Imperial. Estas aproximações são eloqüentes e patenteiam a diferença dos tempos.

Agora os republicanos, já cansados de destruir o passado ou nada mais achando que já não esteja destruído, ocupam-se em apagar os últimos vestígios da famosa Inconfidência. Deus lhes perdoe o mal que estão fazendo na inconsciência do instinto destrutivo!

(3) Projeto que não foi avante, embora a casa estivesse em ruínas. Ao invés de restaurada, em seu lugar foi construído um prédio em falso estilo colonial, e nele instalada a Escola Normal.

O ÚLTIMO REPUBLICANO

O Jornal, 09/07/1926

Não posso bem determinar o dia da festa, mas deve ter sido entre 7 de junho de 1889, data inicial do Gabinete Ouro Preto, e o famoso 15 de novembro, quando estourou a revolta militar, que destruiu a Monarquia. Assim foi festejado o centésimo ano da revolução francesa, com uma grande fogueira, em que ardeu o regime deposto, e em cujo braseiro se assaram as batatas e canas, ainda hoje aproveitadas por distintos patriotas.

Durou somente quatro meses e oito dias o Ministério 7 de junho, mas é pasmoso o que, em tão curto prazo, logrou realizar o egrégio e inolvidável estadista, Presidente do Conselho, eficazmente por seus dignos companheiros.

Se a taxa cambial é, como ainda há pouco disse Caillaux, o mais seguro índice da prosperidade econômica de um país, o Brasil estáo medrou a olhos vistos, mantendo acima do par o valor da sua moeda. O papel do Tesouro Nacional valia então mais de 27 dinheiros esterlinos. A grande lavoura, irritada pela abolição radical do cativo, entrava a conciliar-se com o governo liberal, mediante hábeis e concessões tendentes a pacificá-la. Reformaram-se inteligentemente várias repartições públicas. Na imprensa, perfeitamente livre, tinham ampla discussão todas as idéias políticas e sociais. Chamados eram a cargos importantes os republicanos de mérito e saber, a quem absolutamente não se impunha o abandono de suas opiniões... E nas letras brilhavam, de par com antigos poetas e prosadores, muitos moços que prometiam continuar a boa fama brasileira no campo da cultura universal.

Na sala da redação da Tribuna Liberal, que era o órgão do partido e por ele custeado sem o menor gravame dos cofres públicos, costumavam reunir-se vários literatos, e entre eles certo

dia deliberou glorificar Machado de Assis, então no apogeu da sua brilhante carreira.

Das dificuldades, porém, havia para a realização desse propósito, e eram, de um lado, achar-se conveniente ensejo para a manifestação, e, do outro, a irredutível modéstia do Machado, sempre infenso a qualquer estrépito da publicidade.

Para evitar este último óbice ficou resolvido que nada se diria ao tímido escritor senão na véspera do festim; e, quanto à oportunidade, lançamos mão da espada de Alexandre; cortamos o nó górdio da cronologia, e fixamos um dia qualquer, que teria sido o da publicação do primeiro livro ou contribuição jornalística de Macho de Assis.

Efetou-se o jantar no salão do Hotel Globo, à Rua 1º de Março, e foi grandemente concorrido. Entre os convivas figurava Valentim Magalhães, amigo íntimo de Afonso Celso Júnior, mais tarde justamente distinguido com o título de conde pela Santa Fé Apostólica. Valentim, não obstante suas idéias republicanas, fora nome a do professor de Economia Política na Escola Militar, e, entusiasta do governo que assim demonstrava sua tolerância, aproveitou a ocasião para tecer elogio ao Visconde de Ouro Preto.

Assentava-se ao meu lado Silva Jardim, e não lhe soaram bem os encômios que enalteciam o governo na pessoa do Presidente do Conselho. Levantou-se impetuoso e declarou que não teria comparecido, se lhe houvessem dito que na festa havia intuitos políticos. Queria retirar-se, mas acudiram logo alguns convivas, procurando explicar o incidente e dizendo que as palavras de Valentim apenas tendiam a saudar no Visconde os méritos de

primoroso orador e jornalista. Acalmou-se o fogoso Silva Jardim e destarte, sem maior desgosto, terminou a festa.

Ao sairmos houve entre Silva Jardim e quem escreve estas linhas um singular colóquio.

- Sei, disse-lhe eu, que por afinidade ainda estás ligado à família Ouro Preto; mas o Visconde não é homem que atenda a relações de parentesco quando se trata da causa pública. É possível que com o teu gênio irrequieto tenhas de sofrer qualquer coisa; e então comigo podes contar para que se te amenize alguma complicação... Promete-me porém, fazer o mesmo comigo, se vier a República e o desgraçado for eu.

Silva Jardim riu-se ante a hipótese do advento da República e, com um cordial aperto de mão, selou o pacto que eu lhe havia proposto.

- Não há dúvida, exclamou, em vindo a República ficarás sob minha proteção.

Veio efetivamente o regimen dos sonhos de Silva Jardim. Fui preso em minha casa, levado a uma espécie de tribunal, no quartel do Campo de Santana, e mais tarde agraciado com a demissão de professor catedrático e vitalício, que então já era, do Colégio Pedro II. Claro está que nunca pela idéia me passou o patrocínio de Silva Jardim; mas, tempos depois, encontrando-o na Rua do Oubidor, ocorreu-me lembrar a cena do banquete.

- Tenho passado por boas, observei, e não me consta que te houvesse interessado por mim.

- Estás bem servido, respondeu-me Silva Jardim. A proclamação da República trouxe-me um desengano. O mais perseguido agora sou eu; não me entendo com os meus correligionários; a situação parece pertencer aos ex-monarquistas, que se achegam à ditadura; e tão descontente me

acho, que muito breve partirei para a Europa, fugindo ao triste espetáculo da atualidade. Creio que sou o último republicano. Partiu e não voltou. Chegando a Nápoles, cresceram-lhe desejos de subir ao Vesúvio. A temerosa montanha achava-se em atividade vulcânica, mas nada podia refrear a imprudente coragem do excursionista. Desobedecendo aos avisos do guia, que se negava a acompanhá-lo em região mais perigosa, Silva Jardim prosseguiu e subitamente se afundou num abismo de fogo...

Assim pereceu o último republicano brasileiro.

ANISTIA

Jornal do Brasil, 05/07/1927

Estamos em uma aula. O professor acaba de chegar. Respeitosos erguem-se ao alunos, que em geral não contam mais de doze anos de idade. Depois cada qual, assentando à sua carteira, aguarda as palavras do velho mestre que vai encetar uma narrativa, assim fornecendo assunto para o exercício de composição.

- Meus filhos, disse o professor, o que lhes vou contar é uma história simples, mas muito bela, porque, como vocês já devem ter notado, as histórias mais belas são quase sempre verdadeiras. Tomem as suas notas e reservem as perguntas para ocasião oportuna, quando eu tiver terminado.

"Depois da abdicação do Imperador, em 7 de abril de 1831, nosso país, como era de prever, entrou em grande agitação, e três partidos se formaram com fins distintos e bem definidos: o partido Restaurador, denominado Caramuru, que pretendia chamar de novo ao governo o Imperador desterrado; partido Exaltado, que hoje talvez se chamaria Jacobino, o qual propendia para a forma republicana; e finalmente, o partido que se dizia Moderado, que aceitava todas as consequências da abdicação, não admitia, portanto, a volta de Pedro I e reconhecia como soberano legítimo o Imperador menino, isto é, D. Pedro II".

Naquele tempo ainda não se tinha inventado, em nosso país, o estado de sítio. As paixões políticas eram mais fortes do que hoje; o povo com elas se agitava e, se por um lado com isto se lhe avigorava a fibra cívica, pelo outro não raramente padecia a segurança pública.

Assim foi que os Caramurus, seduzidos dos mais ou menos ocultamente pelo Exaltados, armaram em S. Cristovão um motim de caráter popular e em tumulto vieram pela rua desse nome para o centro da cidade. Avisado em tempo o governo da Regência, constituido por cidadãos do partido Moderado, logo expediu ordem para que contra os amotinados marchasse a força policial, de que era comandante Luís Alves de Lima e Silva, esse mesmo

distintíssimo brasileiro que mais tarde tanto brilhou, restalecendo a ordem pública no país e ganhando imperecível glória na campanha do Paraguai. Lima e Silva, como vocês não ignoram, foi depois elevado ao grau nobiliárquico de Duque de Caxias.

A refrega ocorreu no lugar então chamado de Mata-Porcos e que hoje tem o nome de Estácio de Sá. O resultado do encontro não foi duvidoso. Em poucos momentos os numerosos cavaleiros da polícia militar debelaram a frágil resistência dos populares e após duas cargas vigorosas tinha cessado o combate e começado a perseguição e matança dos paisanos mal armados e municiados.

Dirigindo a ação, Lima e Silva, ordenara a os seus oficiais que, tanto quanto possível, evitassem o derramamento de sangue; o maior número das vítimas proveio do fato se atirarem os fugitivos ao mangue ali existente, onde encontraram a morte.

- Havia ali um mangue ou pântano? perguntou baixinho um dos meninos.

- Sim, meu filho, ensinou o prelator. Toda parte onde hoje se acha construída a Cidade Nova, isto é, todo o terreno entre a atual Rua Frei Caneca e Rua Senador Eusébio, terreno hoje parcialmente atravessado pelo Canal do Mague, era nessa época um imenso alagadiço; e eu próprio, que não sou muito velho (sorrisos da criança), perfeitamente me lembro de haver percorrido uma trilha construída por setenciados e que da atual Rua Visconde de Itaúna ia dar à frontaria da Penitenciária ou Casa de Correção. Bom é também saber que a Rua Senador Euzébio durante muito tempo se chamou o Aterrado, porque era com efeito um grande aterro mandado fazer pelo benemérito D. João VI no intuito de mais rapidamente se transladar da Quinta da Boa Vista ao Paço da cidade... Continuemos, porém, a narrativa.

No fragor da luta e vendo destroçada a sua gente, Miguel de Frias, que era um dos chefes do motim, não teve remédio senão também fugir e asilou-se em uma casa da rua que hoje tem o nome dele. Entrou precipitadamente e meteu-se em um dos aposentos interiores do prédio. Tão depressa, porém, não o fizera que não o

tivessem notado Lima e Silva e alguns oficiais e praças da polícia, os quais todos correram no encalço do fugitivo.

Lima e Silva foi o primeiro a chegar e, tomando a dianteira aos seus comandados, percorreu a casa. Desembainhada a espada, entrou no quarto onde se achava Miguel de Frias...

Ante a invasão do seu esconderijo, Miguel de Frias, perdida a esperança e com a selvagem energia do seu temperamento, abriu o casado e, mostrando o peito nu ao adversário amado:

- Mata-me, Luís Ales, exclamou... Vamos, acaba com isto!

- Sem dizer palavra e com aquela serena compostura que nunca o abandonou nos mais críticos momentos da sua vida, o futuro Duque de Caxias embainhou a espada, encarou o adversário vencido e, sempre silencioso, fechou a porta do quarto, metendo a chave no bolso.

Da parte de fora e ao longo do corredor estacionavam oficiais e soldados sprontos para acudir ao chefe no caso do conflito entre este e o revoltoso.... Imagine-se, pois, qual a surpresa quando Lima e Silva lhes disse:

- Camaradas, podem retirar-se, vamo-nos embora, aqui dentro não há ninguém.

Entreolharam-se oficiais e soldados. Compreenderam todos que, com aquela piedosa mentira, o chefe queria poupar a vida a um compatriota de real merecimento. Pode ser que com a raiva daquele instante alguém houvesse a quem não parecessem bem o ato de clemência; mas não havia murmurar, senão obedecer...

Deste modo escapou por um triz Miguel de Frias. Correram os tempos, acalmaram-se paixões, ressentimentos, e já sob o governo direto de Pedro II, Miguel de Frias prestou ao país e a esta cidade os mais assinalados serviços como habilíssimo engenheiro que era. Entre outros benefícios seus à nossa capital podem ser mencionados os importantes trabalhos da canalização da água potável.

Assim meus filhos, concluiu o professor, quero que do fato que lhes acabo de expor resulta não tanto uma lição de gramática e de estilo quanto de tolerância e moderação após esses dolorosos conflitos entre filhos da mesma prátia.

-Viva a anistia! gritou então, entusiamado, um petis de doze anos.

- Menino, observou severo o professor, não admito manifestações políticas na minha aula, e, conquanto não haja mais estado de sítio, nem por isso ficou abolida a disciplina. Você devia ser castigado, mas acho singular que por uma punição acabe a minha retórica. Perdô-lhe, portanto, o seu deslize disciplinar em atenção à inteligente vivacidade com que apanhou o sentido moral do caso que lhe referi.

Com efeito, disse ainda o velho mestre, há na vida das nações momentos históricos em que mais aproveita a bondade que a persistência no rigos inclemente da lei. Em todos os códigos constitucionais do mundo o perdão e mais ainda a anistia, que é o esquecimento da culpa, figuram não só como reflexos de uma religião divina, mas ainda como excelentes e proficuos meios de reconciliação nacional. Por esste modo foi que floresceu cerca de meio século o pacífico e abençoado governo de Pedro II...

Tudo isto, porém, meus filhos, já é política e não deve entrar nas suas composições. Limitem-se à exposição do fato e deixem as conseqüências ao espírito e sobretudo ao coração de que a leia.

Curvaram-se os meninos sobre as suas carteiras. Ouviase-lhes o ranger das pemas. Quem mais afervorado se mostrava no trabalho era o petiz do viva sedioso. Naturalmente estava tirando as suas conclusões em prol da anistia.

POLEMICAS

(Primeiro artigo de Carlos de Laet)

Polêmica com Camilo Castelo Branco

(Revista Brasileira, Rio de Janeiro, 1879, t. 1, p. 215-220)

Chegou-nos de Portugal uma obra - o *Cancioneiro Alegre*; esmalta-lhe a primeira página fúlgido nome - Camilo Castelo Branco; e era, dizia-se, um livro de crítica onde se aferia o mérito literário dos nossos mais eminentes poetas; tanto bastou para que o *Cancioneiro* fosse recebido como o Rossi (1), com tríplice salva de aplausos, antes ainda de haver dito ao que vinha, tudo em atenção à celebridade com que se aureolava e como protesto de gratidão por ter-se lembrado de nós.

Com pesar o digo: após alguns momentos de rápida leitura [,] cruel foi o desencanto. entibiu-se o fervor dos entusiastas; e a gratidão dos que jubilavam-se (2) com ver o príncipe dos noveleiros portugueses fraternalmente aplicado ao estudo da literatura brasileira, transformou-se em desgosto, e logo depois em cólera que já fez explosão em duas cartas-descomposturas - e ameaça provocar mais sérias represálias.

(1) Eernesto Rossi, ator italiano (1827-1896) que esteve no Rio em 1879.

(2) O leitor há de observar que /carlos de Laet, nesta polêmica de 1879-80 (e em outros escritos do início da sua carreira), se utiliza várias vezes da ênclise do pronome átono em orações subordinadas, caso em que a norma gramatical determina a próclise. Esse procedimento é usual nos melhores escritores brasileiros da época, entre os quais Rui Barbosa, mais atentos ao ritmo da frase; e somente depois da publicação da monumental Répilca de Rui (1902), e por influência também dos "consultórios de linguagem" de Cândido de Figueiredo, publicados no Jornal do Comércio, ou graças a livros seus muito divulgados, como o *Que Se Não Deve Dizer*, cujo 1º volume apareceu em 1903, e *O Problema da Colocação dos Pronomes* (1909), com o surto de purismo que se seguiu, é que se passou a dar mais atenção a esse fato da língua, antes estilístico do que gramatical.

Não fui dos primeiros a saborear os artigos com que o Sr. Camilo Castelo Branco exortou esta obra; e por simplíssima razão, e é que desconhecem já ou jamais conheceram, a índole literária do emérito romancista todos quantos dele esperavam uma crítica, severa que fosse, mas imparcial e desapaixonada. Homem de ação e moldado para a luta, não lhe assenta bem a toga de juiz no tribunal das letras; falta-lhe isenção de ânimo para abstrair de parsonalidades; içam-lhe o entendimento muitos de parsonalidades e abusões; e, principalmente, manifesta-se em tudo quanto ele escreve, certo desejo de fazer troça, o qual, não sendo o menor dos atrativos que concitam leitores para os seus romances, torna-se neste livro menos escusável, porque abalança-se a escrever jocosidades em pedestais que suportam reputações laboriosamente conquistadas. Com tais ataques não contesto que se possa ser imaginoso romancista, estilista primoroso e valente inimigo de mesquinhezas e torpidades; tudo isso poder ser, e o é, Camilo Castelo Branco; crítico é que não, e realmente mostrou que o não era nas páginas do *Cancioneiro*.

Esta idéia do *Cancioneiro Alegre* sugeriu-lha, diz o prefácio, outra compilação do mesmo gênero dada à estampa em Edimburgo (3). Parece que, impressionado por essa leitura, patrioticamente ambicionou ver também coligidas e anotadas as mais engraçadas composições dos poetas portugueses e brasileiros. Esse o primeiro propósito: *amphora coepit institui...* Encetada, porém a tarefa, progrediu o trabalho e saiu um livro de pulhas: *urces exit*.(4)

A penosa impressão que em terras do Brasil tem produzido o *Cancioneiro Alegre* deve, em grande parte, ser levada à conta

(3) Trata-se do livro, de autor escocês, intitulado *The Book of Humorous Poetry*.

(4) *Amphora coepit institui... urceus exit* = começou-se a fazer uma ânfora e saiu um pote.

Os dois versos de Horácio, donde se extraiu esta frase, dizem: *Amphora, coepit intitui: currente rota, cur urceus exit?* (*Arte Poética*, 21, 22).

do melindre nacional, que supuseram alguns intencionalmente ofendido pelas setas... não digo bem... pelas rijas cacheiradas com que o crítico pretendeu derrear certos poetas muito de nossa simpatia e alguns dos quais, já mortos, tinham o direito de não serem tratados com o sarcasmo que só aproveita aos vivos.

Não vou por aí, desde já o declaro. Há nos comentários do Cancioneiro erros de apreciação e iníqua distribuição do ridículo; mas acredito que, réu de lesa-crítica, não agravou o comentador o seu diletto com premeditadas distinções geográficas quando sentenciava os seus pares nas letras.

Seja, porém, como for, o certo é que o Sr. Castelo Branco nutre, como boa parte dos seus compatriotas, grande cópia de preconceitos relativos à literatura e modo de viver brasileiros. Um lugarzinho na escala do seu apreço entre o matuto boçal e o adiposo comendador que lhes reenviamos - eis o que nos concedem aqueles senhores... Nem fãntasio: de semelhantes idéias confessou-se imbuído o nosso amigo Bordalo (5) quando para cá veio com o crânio atestado das frioleiras que sobre o Brasil babujaram os d'Expilly (6) e outros ratões de boas petas.

Causa, e não pequena, que concorre para desprestigiar-se aos olhos dos humoristas de além-mar, é aquela celebreira de em Portugal chamarem brasileiros aos portugueses que daqui vão enriquecidos, a matar saudades da pátria. Esta boa gente, incapaz de rejeitar aubscrição e muito digna de arrear-se com a Vila Viçosa, (7) quando por

(5) Bordalo: Rafael Bordalo pinheiro (1846-1905), famoso caricaturista português, que esteve no Brasil entre 1875 e 1879, dirigindo e ilustrando publicações como o Mosquito, Psit!... e O Besouro.

(6) Jean-Charles-Marte Expilly, escritor francês (1814-1886). O Brasil, onde residiu muitos anos, inspirou-lhe vários livros, entre os quais o Brasil Tal Qual É e As Mulheres e os Costumes do Brasil.

(7) Vila Viçosa: História vila de Portugal, no Alentejo, entre cujos monumentos multisseculares avulta o riquíssimo Paço Ducal, que foi o solar da dinastia dos Braganças, a que pertenciam os imperadores do Brasil, e onde há uma Sala do Príncipe do Brasil.

milagre não tenha já galgado a baronia no *steeple-chase* (8) das beneficências preconizadas aos quatro ventos - essa honrada gente, digo, é o alvo primeiro das sátiras de todos os folhetinistas, comediógrafos ou noveleiros da outra banda, pobres de *chelpa*, mas transudando *humour*, os quais, descendo do Sinal onde foram embeber-se na contemplação do Ideal, não podem assoberbar a indignação que os invade ao verem o bezerro d'oiro desfrutando zumbaias e adorações dos filhos de Israel.

Ora, eu acho que há demasia no furor dos pontífices literários que apedrejam e quiseram (9) ver torrados os bezeros de oiro que reexportamos por todos os paquetes. Eu os admiro, a esses valentes exploradores do comércio, que atravessam o Atlântico encouraçados do seu casaco de trinta botões e fortes na sua esperança; não os admiro só, mais do que isso, eu os respeito, quando considero que, a duas mil léguas da pátria, em meio das labutações a que eles se atiram e a que se negam os nossos escravos, só os anima e conforta um pensamento - e é regressarem ao ninho paterno e com os seus repartirem a abastança granjeada à custa de tamanhas fadigas.

Disto pode inferir-se de quão benévolas disposições sinto-me animado para com os pseudobrasileiros germinados em Portugal, vigorizados no solo e sob o calor dos trópicos, e de novo transplantados para o jardim da Europa (10) com flores, frutos e tudo... Tivesse eu o talento do Sr. Camilo Castelo Branco e sobre os meus ombros tomaria a árdua tarefa de ensaboar esse tipo - o rico pseudo-brasileiro - para que perante a história comparecesse desinfectado das chalaças com que a seringa o espírito português... Mas daí até admitir que nos confundam a nós,

(8) *Steeple-chase* = corrida de obstáculos. Termo do turfe.

(9) Quiseram = queriam

(10) Alusão ao conhecido verso de Tomás Ribeiro no poema *D. Jaime* (1862), "Jardim da Europa à beira-mar plantado", com referência a Portugal

o brasileiro genuíno, com o tipo que o comentador do *Cancioneiro* e outros literatos têm sempre diante dos olhos, é o que não pode ser... Trata-se de uma estranha confusão etnológica, e em pontos de ciência não há transigir.

Tudo assim explicado, não há dificuldade em compreender que era algum desses figurões, patrícios dele e admiração nossa, que tinha em mente o Sr. Camilo quando à p. 519 dá-nos Fagundes Varela como o - *intérprete dos merceeiros que devem enchê-lo de figos de comadre* - e não vejo razão para que toquem a rebater os entusiastas do lírico brasileiro, exigindo um novo Pirajá (11) em desforço desta pazada quase tão feroz como a de Aljubarrota (12).

Um dos mais, e mais injustamente, escalavrados pelo crítico do *Cancioneiro* é, com efeito, o nosso desditoso Varela. Mas por quê? Por que era brasileiro? Não: porque é um dos muitos que o comentador folheou ao acaso e ao acaso censura. Não o conhece - e por isso chama-o Fagundes como quem diria Manel de Sousa... Não o leu todo- e por isso transcreve uma das mais fracas canções do poeta paulista e descobre que - *ela denota árvore nova de muita seiva, mas atacada de pulgão e lagarto*. Não compenetrrou-se das peregrinas belezas que amiúdam-se nos versos de Varela - e por isso deixa de fazer-lhe justiça, para apontar com dedo inoxidável as *corcovas dos solecismos* de um prólogo escrito ao correr da pena, e produção dos primeiros anos, acabando por dar ao autor dos *Cantos do Ermo e da Cidade* a galante denominação de - *sujeito híbrido dos Brasis*.

(11) *Um novo Pirajá*: Alusão ao combate de Pirajá, episódio da Guerra da Independência na Bahia, em 8 de novembro de 1822.

(12) Alusão à famosa padeira de Aljubarrota, D. Beatriz de Almeida, que na memorável batalha de Aljubarrota (1385) matou sete castelhanos com a pá do forno.

Em tudo isto há o desacerto de um rigor tão exagerado que só pode prejudicar ao crítico - a ninguém mais.

Não é que eu tome partido pelo prólogo do Varela contra a gramática e o Sr. Camilo, o ortopedista de aleijões sintáxicos: protesto somente, porque dói-me ver o talento deprimido pelo talento, e o mérito real espezinhado pelo imoderado e truanesco desejo de galhofa. O - *non ego paucis offendar maculus* (13) - do velho Horácio não é lei que tenha caducado com as revoluções literárias: é máxima do bom senso, o qual, parece-me não deve somente incrustar-se nas cacholas dos pacatos habitantes da Rua dos Capelistas, a quem o comentador do *Cancioneiro* dedica o fruto de suas elucubrações, mas também iluminar o cérebro dos críticos, quando profiram sentenças de morte contra quem tenha o direito de viver eternamente.

Erros gramaticais! feia cousa na verdade, mas que como o pecado da adúltera, podem ser levados à conta da humana fragilidade e perdoadas por não se encontrar quem lhes atire a primeira pedra! O mesmo crítico que à citada p. 519 tanto leva a mal o lhe favoreça de Varela, à p. 102, na artigo em que patroticamente disputa o título de português para o Sr. Gonçalves Crespo, encamiçando-se em dar caça aos peregrinismo brasílicos, que erradamente supõe feição característica da hodierna poesia brasileira, vai cair sobre um "falenas a ESVOAÇAREM-SE *nos andá-açus*" - novidade importante, porquanto até o penúltimo paquete não constava neste país dos botocudos que o *esvoaçar* também fosse reflexivo

Felizmente com outros poetas brasileiros menos acervo mostrou-se o crítico. A Caetano Filgueiras distingue com palavras de merecido elogio. esfolham-se algumas... chufas sobre a campa de Alvares de Azevedo, mas como não vem juízo tocante ao mérito (13) "Eu não me ofenderei com pequenas imperfeições".

deste, não há também injustiça a reparar. E Gonçalves Dias - desse dá-nos o Cancioneiro uma poesia medíocre com versos mal medidos, que cuidadosamente foram postos em relevo; mas nas poucas linhas do comentário, à p. 283, saúda-o como o glorioso representante de uma escola e extingui-se ou antes - *como estrela cadente nas brunas da serra, e para a qual, ao dobrar outra mais alcantilada, ainda se olha com saudade.*

Até aqui inato à literatura brasileira, de que com mais individuação competia-me tratar, mas asseguro que os outros, os conterrâneos ao Sr. Castelo Branco, não foram tratados com menos dureza.

João de Deus, Teófilo Braga, Garção, Garrett, Bocage, todos, mais ou menos, recebem o seu quinhão de sátira - e que sátira! uma sátira calculadamente agressiva e que por vezes tanto se descomede que não posso discriminar se á também injúria. Os antigos são de ordinário consurados como sensaborões, pesados, e manejadores da velha graça portuguesas - *uma graça capaz de fazer chorar a graça francesa, chalaça de botica seguida de outra da mesma laia, em assembléia de ginjas, entre o arrote e a pitada...* E os modernos, os revolucionários da Idéia Nova, Ah! sobre esses chove da primeira à última página uma sarai vada de remoques, chistosos uns, à francesa, chocarreiros outros, como os dos ginjas supramencionados, mas instrumentos sempre de uma vindita implacável, não como a da Nêmesis (14), que só de cima agitava o brandão, mas como a do excutor de alta justiça, que gota deixava cair o fez fervente sobre o atenzado corpo dos réprobos.

(14) Nêmesis: Deusa da vingança e da justiça, guardiã da ordem universal. Era representada sob a figura de uma mulher de tosto calmo e olhar severo, que segura nas mãos achas acesas e serpentes.

Das vinganças de Henrique Heine (15) disse a alguém serem como as de Apolo, que de um talho arrancou a pele ao sátiro Mársias.

O mesmo não se dirá de Camilo Castelo Branco: não esfola só aos que empolga, leva-os também às grelhas, deduz-os a bifés e, sem o menor escrúpulo, manda-os à ténia com que covive, inspiradora, talvez, de tão agros rancores... Que o diga Guerra Junqueiro, a quem não isentou do pelourinho a sua elevada hierarquia literária, do pelourinho aonde o atou o Sr. Castelo Branco, logo na entrada do livro, e onde padece afrontas o hierofante do realismo, como escamoteador, que dizem ter sido, de dezesseis rimas de quatro quadras.

Em resumo: O Cancioneiro Alegre não é um livro de crítica sensata e imparcial: é um longo e picante libelo contra brasileiros e baudelairianos, principalmente, de quem o comentador é o jurado Cabrion (16).

Nem também aproveita como simples seleta: dos poetas humorísticos e satíricos esqueceu-se o melhor, ao passo que para ali vieram a rastos escritores de género mais sério, dando-lhes bordoadas de cego, porque não eram assaz patuscos. Pondere-se que neste repositório alegre entrou constrangido o Garção e fechou-se a porta ao Nicolau Tolentino, e ter-se-á a medida do critério que presidiu à compilação.

No que se resume, pois, o mérito do cancionero?

No estilo do comentador, somente, mas é muito, nesse admirável estilo sempre castiço, sempre fluente, sempre colorido, sempre natural, e tão atractivo que, virada a última página e descontentes do quanto tenhamos lido, ainda assim nunca damos por mal gosto o tempo consumido na leitura; no estilo, que é o homem, disse-o Buffon, mas que avulta como um semideus, quando esse homem tem a estatura literária de Camilo Castelo Branco.

E já longo vai o artigo... Para mais tarde fica a análise de outras obras recentemente publicadas; não que lhes faleça merecimento; mas à crônica espaço e talvez ao leitor paciência.

(15) Henrique (Heintich) Heine, poeta e escritor alemão (1797-1856)

(16) Cabrion: Personagem dos Mistérios de Paris, romance de Eugênio Sue, escritor francês (1804-1857). É um artista faceto e gracejador que pregava peças a seu porteiro, M. Pipelet.

FIAT LUX!

Polêmica com João Ribeiro

Jornal do Brasil, 19-1-1913

Tendo o Sr. João Fernandes Ribeiro aristocraticamente assinalado que os leitores dos meus artigos vegetam na Cidade Nova e no Cais do Porto, ao passo que universalmente difundidas se acham as obras dele, famigerado polígrado, sinto que me incumbe a tarefa de premunir o povo contra mais alguns deslizes (não deirei *parvoíces*) de que se inquinam tão abalizadas produções.

Se, no profano, João Ribeiro, não raro desarragoza, mesmo naquilo em que mais tem lido, mas não logra entender, imagine-se quanta barbaridade tem dito no tocante à religião, que ele desdenhoso não estuda! Por isto as cincadas, em seus escritos, facilmente descaem na blasfêmia, tão-somente escusada pela astenia cerebral do réu.

João Ribeiro meteu-se a explicar nas *Frases Feitas*, 1a. série, p. 140 e seguintes, a expressão *Mateus, primeiro aos teus!* - e sem explicar cousa alguma, isso apenas lhe serviu de pretexto para uma insulsa dissertação em que abominavelmente chasqueia do santo Apóstolo.

S. Mateus, o evangelista (diz ele), manda que se entregue ao próximo toda a fazenda, domum, uxorem, agros (XIX, 29), mas nenhum Mateus é obrigado a ser santo como aquele.

Que nece da de! Um evangelista a ordenar que os maridos, entreguem a outros até suas próprias mulheres! A indicação do verseto parece abonar a verdade da opinião; requinta aí a maldade da blasfêmia: mas a verdade é que ele, havendo exprobadado aos católicos o desconhecimento da Bíblia, absolutamente desconhece o Evangelho, e cita copiando, sem o ter lido, pois que, se leu, e perverte o sentido, então já não é simplesmente tonto, mas um escritor ímprobo, de refalsada má fé e indigno de perdão.

Ora releiamos o verseto 29 do capítulo XIX do Evangelho de S. Mateus. Uso da versão mais seguida, do Padre Antônio Pereira de Figueiredo. O santo escritor refere palavras de Nosso Senhor Jesus Cristo:

E todo o que deixar por amor do meu nome a casa, ou os irmãos, ou as irmãs, ou o pai, ou a mãe, ou a mulher, ou os filhos ou as fazendas, receberá cento por um, e possuirá a vida eterna.

Como se está vendo, o que aí se acha é o conselho evangélico da vida perfeita, da vocação sacerdotal, dos sacrifícios realizados nos cenóbios; quem para tanto se sentir com forças e ânimo resoluto, receberá no cêntuplo o preço da sua dedicação: - mas de tudo isto só asnativamente se pode inferir uma ordem, um preceito, para que o homem casado deixe a mulher e, como lá diz o blasfemo, a entregue ao próximo!

Assim, de duas uma: ou João Ribeiro não lê o que cita, e parvamente procede; ou lê e deturpa, revelando improbidade e má-fé.

Nem tudo. Atacado de uma espécie de hagiofobia, que aliás é sinal de manomania irreligiosa, o futuro autor do *Scottisier* acusa de usuário ao mesmo santo:

Outra circunstância (diz) foi talvez decisiva na formação desta sentença egoística. Segundo uma opinião muito antiga, nos começos da sua vida, foi São Mateus usuário, do que se emendou abraçando a religião nova; a este fato refere-se Dom Duarte no *Leal Conselheiro* falando dos arrependidos: - "San Mateus que era onzeneiro..." P. 133. Consequentemente, Mateus, primeiro aos teus.

Até aí João Fernandes. Assim para justificar uma opinião escriturística ele cita Dom Duarte, no *Leal Conselheiro*... Não sei como antes não apelou para a *Ensinança de bem cavalgar toda sela*, do mesmo autor.

Ora S. Mateus não foi usuário ou onzeneiro; sua profissão anterior ao chamamento de Cristo era a de *publicano*, que em grego se diz *telones*, isto é, um recebedor ou cobrador dos impostos que os judeus pagavam aos romanos.

Mais não é preciso dizer para que se perceba o grau de impopularidade em que tais agentes do fisco haviam caído entre os judeus, povo de índole insubmissa e intolerante do julgo estranho. *Nemini servivimus umquam* (1) diziam eles de orgulhosos, ainda quando já sotopotos ao domínio de Roma (S. Joann, VIII, 33). Os publicanos, um dos quais foi a S. Mateus, eram, pois, odiosos aos judeus; outra o emprestar dinheiro a juro despropositado, que é que se chama de onzeneiro.

Assinalado fica o descrédito dos publicanos entre os filhos de Israel; mas logo também se diga que no mundo romano o mesmo sempre não se pensava, porque, se Tito Lívio os profliga, denunciando abusos deles (XLV,18), já bem diversamente opinava Céceronaquilo em que (Pro lege Manilia) nos ensina que na classe dos publicanos se achava o escol dos cavaleiros romanos, o ornamento da sociedade e a força da república. Textualmente: - *Flos equitum romanorum. ornamentum civitatis, firmamentum reipublicae publicanorum ordine continentur.*

Que a profissão de publicano nada em si tinha de infamante outrossim comprova o fato de a terem exercido pessoas nomilssimas. Tito Flávio Sabino, pai do imperador vespasiano, foi publicano das províncias da Ásia. Dir-se-me-á que isto são minúcias históricas: mas já respondo que o objeto desta dissecação é um professor oficial de História e que, no fim das contas, se João Fernandes ignorava qual a profissão de S. Mateus, não lhe devia aereamente atribuir uma indústria vergonhosa.

(1) "Nunca servimos a ninguém".

Vamos adiante.

Procurando, mas não conseguindo explicar a locução *alma de cântaro*, João Ribeiro chega a este resultado esquisito: - que se diz *alma de cântaro* porque os púcaros em se encontrando com objetos de ferro, logo se despedaçam! Não vem a pêlo discutirem-se aqui etimologias; para o que chamo a atenção é para uma nota depreciativa da intelectualidade cristã:

É curioso notar (pondera ele) que a expressão análogo à de *alma da cântato*, boa alma de simplório, é a de *cretino*, que deriva de *christianus*; o cretino é o *pobre de espírito* do Evangelho.

Em outro lugar explora a mesma etimologia:

O bom etimologista deveria escrever *chorda* e não *corda*, e também *chrema* ou *chreme* de leite (é a mesma palavra que *chrisma*) e a forma francesa cretino, *chretino*, que, quem o diria? deriva de cristão, *christianus*; cretino é o pobre de espírito, é o homem de Deus e de Cristo, o rude, o idiota. (O Fabordão, pa. 109).

Nisto há, como se vê, uma idéia íxa. João Ribeiro quer por força que o cristão seja idiota, para ver se, não sendo ele cristão, deixaria de ser cretino. Mas não o consegue.

É discutível se cretino realmente provém de *christianus*, não obstante os assertos de Bridel, Canello e Génin, citados por Augustus Scherler (*Dictionnaire d'Etymologie Française*), os quais na Gironda teriam descoberto um *crestin* e nos Pireneus *crestian.*; mas, dando tudo isso de barato, ainda assim não fora exato que, no Evangelho, pobre de espírito tenha significação de idiota.

Há com efeito muitos homens de apoucada inteligência que, por sua bondade e humilima conformidade com a moral, honradamente ganharão a eterna recompensa; mas também há tolos maus, que não percebem o que lêem [,] que propalam disparates e que se envaidecem querendo corrigir os outros, quando são eles quem mais bolos merece. A esses cretinos e maus nunca o Evangelho prometeu a bem-aventurança.

Pobres de espírito, locução de que usa o caluniado S. Mateus, em seu Evangelho, V.3, e que no de S. Lucas aparece sem o complemento de espírito (VI, 20), absolutamente não significa *parvos, idiotas, cretinos*, e sim dá a entender os que, por sua convicta adesão à palavra de Deus, voluntários se fazem pobres e despagados dos bens terrenos.

Jó e Tonias (adverte Dom Calmet) já eram pobres de espírito, na disposição dos seus corações antes que Deus os fizesse padecer os efeitos da pobreza real. (Dict. de la Bible, verbo Pauvres.).

Mas para que hei de estar provando que o réu do Sottister pouco, quase nada sabe da religião em que foi batizado e à qual só desdenhoso se refere em seus opúsculos, quando de uma feita o posso mostrar ignorante até do sinal da Cruz?

Vejamos ap. 216 da 2ª e, felizmente, última série das *Frases Feitas*:

Da mesma natureza é a locução satiâmen, tomadas às últimas palavras do persignar dos cristãos:

In nomine Patris, Filii, et Spiritus Sancti, amen.

Note-se que João Fernandes escreve com iniciais minúsculas os nomes próprios da Santíssima Trindade. Leva a esse ponto a mesquinhez da impiedade!

Para corrigir o filólogo, chamo um pequenito que em escola católica haja aprendido rudimentos de catecismo.

- Vem cá, menino. De quantos modos é o sinal da Santa Cruz?

- De dois modos, sim, Senhor: persignar e benzer.

- Que é persignar?

- É fazer três cruces com o polegar da mão direita aberta, a primeira sobre a testa, para que Deus nos livre de maus pensamentos; a segunda na boca, para que Deus nos livre de más palavras; e a terceira no peito, para que Deus nos livre das más obras, que nascem do coração, dizendo: - *Pelo sinal - da Santa Cruz - livrai-nos Deus, Nosso Senhor - dos nossos inimigos.*

- E a santiâmen?

- Não, Senhor, não tem lá isso, e sim no benzer.

- E que é benzer?

- É fazer uma cruz com a mão direita aberta, desde a testa até o peito, e do ombro esquerdo ao direito, dizendo: *Em nome do Padre - e do Filho - e do Espírito /santo, Amen.*

- Mas João Fernandes diz que /santiâmen (do Espírito Santo. âmen) vem depois de persignar...

- É que ele confunde persignar e benzer. Eu também conheço um João Fernandes, já de Paula Matos, que diz que *Fiat lux* é português, e que vazio é virilha...

- Está direito, menino; se não esqueceres o catecismo, ainda mesmo quando te nomearem filólogo, não escreverás asneiras sobre religião!

QUANTAACHEGA!

Jornal do Brasil, 19-1-1913

João Ribeiro Fernandes que em si mesmo amputou o último nome do pai, por causa do Palito Métrico (1) e da troca popular...

- Como! interrompe o leitor enfadado... Pois ainda me vem Você com histórias do tal sujeito?

- Venho, sim, senhor, e tenha paciência, porque assim é preciso. Este mundo literário anda cheio de bichos nocivos, que nos escapam ao pímetro e que todavia urge destruir de uma feita, para saneamento das boas letras, vingança dos editores e de pique dos medicados pelos venenosos ferrões.

Houve no Colégio de Pedro II um professor de Geografia, o Dr. Pedro José de Abreu, cuja ilustração, proibida e bondoso trato se tornaram tradicionais. Formado em Coimbra, conhecia otimamente a Matemática, e proveitosamente a lecionou, antes de tirar em concurso a cadeira que passou a reger. Esse homem proveto no seu magistério conhecia perfeitamente a Geometria, e, portanto, difícil não lhe seria estampar no seu compêndio a definição do círculo. Como, porém, não era pedante e destinava os primeiros capítulos da obra a crianças ainda ignorantes da Geometria (só mais tarde se exigiu como preparatório a morfologia geométrica) preferiu desenhar e explica: "Círculo é uma figura reonda como esta que está aqui ao lado".

João Fernandes costuma fazer disto grande cabedal, para achincalhar a memória do homem ilustrado e bom que tive a honra de haver por meu mestre. Já se vê que o censor é exigente em definições. Vejamos algumas dele.

(1) V. nota 6 do artigo de 15-1-1913 (p. 173), e nota 4 ao artigo de 23-1-1913 (p. 185).

Artigo - espécie de determinativo comum às línguas romanas (Dicionário Gramatical).

Assim não pode haver senão em língua romana: não haverá no inglês nem no alemão, nem no árabe!

Substantivos concretos - São os que designam seres reais de existência indubitável.

Há quem duvide, por exemplo, do miolo de João Fernandes; logo o miolo dele não é concreto, e como, nesta divisão, todos os substantivos ficam repartidos em concretos e abstratos, segue-se que a mioleira do homem é puramente abstrata!

Diérese - Sinal do hiato nas vogais concurrentes: alaúde, saúde. Representa-se por um trema, (2) etc.

De sorte que o sinal se representa por outro sinal!

Há distrações incríveis: aquela, *verbi gratia*, muitas vezes repetida em numerosas edições das gramáticas juafernandescas: Sufixo -eiro: denota seres que produzem. Exemplo: pedreiro. Quer isto dizer que o pedreiro é um ser que produz pedras!

Do que, porém, tira o nosso homem sua maior glória é das etimologias. Proclama-se emérito na especialidade. Pouco se lhe dá dos erros históricos e científicos que vai cometendo, contando que lhe respeitem a sapiência das revivações. Pois, senhores, exatamente nas suas etimologias é que se encontram os mais espantosos contra-sensos.

Abra-se a 2ª série das Frases Feitas, à p. 148, e veja-se que chorrilho de celebrações ali vem sob o curioso título: Gato e farinha e fronha.

Dá na vista a metáfora de enfarinhar-se alguém, isto é, de se cobrir de farinha ou mascarar-se com ela por não ser conhecido. Enfronha-se é metáfora diferente; é meter-se a gente em algum traje, embiocar-se nele, procurando iludir com a roupa ou veste. São metáforas ambas elas muito expressivas, mas diversas. João Fernandes, contudo, insiste em confundí-las. Ele não explica: complica.

(2) Como se sabe, diérese é sinônimo desusado de trema.

Enfronhar-se (diz doutoralmente) não é mais do que a alteração de enfarinhar-se para indicar a fraude e trapaça legendária do gato que se disfarça em alva farinha. A alteração proveio de se haver (sic) fundido em um só vocábulo fronha e farinha, pronunciando-se e escrevendo-se enfronhar ao revés de enfarinhar (p. 149).

Depois de muitas citações (algumas descabidíssimas) saiu-se o nosso João com esta, do D. Francisco Manuel:

Contudo esta fronha em que anda o melhor espírito, é de um burel muito basto (Cartas, ed. de 1664, p. 122).

Estão vendo? O clássico seiscentista, para mais aclarar a figura, traz aquele burel, de que era feita a fronha: e João Fernandes, olhando para o trecho, a insistir que fronha está por farinha! Farinha de burel!

Outra cita (lá para citar ele é grande e até creio que não se ocupa de outra cousa) saiu de um auto, a Prática dos Três Pastores, e diz assim:

Pois ele não seja besta...

(Aqui o leitor e eu naturalmente interrompemos com um - Apoiado!) Mas siga a cita:

Pois ele não seja besta

Nem tão valente

Que se enfronhe na serpente

Para enganar a coitada

Da Eva que estava inocente...

Que o demo se enfronhasse, isto é, que se metesse na pele da serpe, entende-se, e, de tão enérgica que é [a] metáfora, quase se está vendo: mas que o diabo por tentar à Eva, se polvilhasse de farinha como o bichano da fábula, isso é asneira de que se fez réu o máximo etimologista. Ele cita e não percebe. Embrulha e atrapalha o que de sua natureza é claríssimo.

Outras vezes improvisa, em matéria positiva. Ocupando-se da locução Ceca e meca, cuja verdadeira origem uma vez em conversa eu lhe havia apontado, ele todavia não se deu o trabalho de examinar o exato significado de Ceca.

A frase é Zeca y Meca no castelhano; e Zeca é chamada a mesquita de Córdoba, a mais importante do maometismo no Ocidente. Corre Seca e Meca era fazer peregrinação aos dois grandes templos., a oeste e a leste do Império e da fé do Alcorão (Frases, I, p. 220).

A etimologia histórica não é minha, e torna-se interessante declarar quem ma deu e demonstrou. Foi o finado Conselheiro Silveira Martins, que não era somente um notável político e valente orador, mas um exímio cultor das letras e que, a propósito de prefixos latinos, manteve com o latinista Dr. Antonio José de Souza uma renhida e erudita discussão.

João Fernandes, entretanto, sempre achou meio de errar. Ceca nunca foi a mesquita de Córdoba, e sim a casas da moeda, donde vem chamarem-se cequins as moedas ali cunhadas. Leia-se Dozy et Engelmann, Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe, Leyde, 1869; ou melho Eguilaz y Yanguas, Glosario etimológico de las palabras españolas de origen oriental, Granada, 1886:

Ceca, cast., cat., mall., y val. - De Secca moneta, en Raiomundo Martín, moneda, cuño para acuñar la moneda, intendencia de la moneda, lugar en que se acña la moneda. Propriamente: dar as-seca.

E o exemplo de Guzmán de Alfarache:

Ni la puderin coger por ceca ni descubrieron blanco donde hacerle tiro. (Liv. I, cap. II, p. 1.)

O trapalhão das Frases, mesmo em se lhe fornecendo o fio, dá cabeçadas no labirinto!

Onde, porém, a etimologia atinge um maximum de ridículo é naquilo do dente cueiro, que se vê na obra citada, 1ª parte, p. 179.

Há em velhos autores uma expressão dentre queiro, às vezes em uma só palavra: denticheiro. Assim se designava o último dos grandes molares, o chamado dente do siso.

Diante desta dificuldade, que faz João Fernandes? Principia alterando não só a grafia mas a pronúncia da locução, que parece transformada em dente cueiro. Metido o nariz na etimologia deste último vocábulo, João Fernandes pára a tordoadado e indeciso:

É sem propósito (confessa) que haja dente cueiro e logo na boca...

Mas logo toma uma resolução desesperada. Para grandes males, grandes remédios:

Encontrei (declara) a explicação no arábico e no Avicena, quando trata dos dentes do siso, dens pubertatis, que em arábico se denomina alhelme, e assim também passou com este nome ao português.

Note-se, antes do mais, que isso do Avicena é uma história. Onde o João Fernandes pescou a tal velharia do alhelme, foi nos Vestígios da Língua Arábica em Portugal, de Frei João de Sousa, livro impresso em Lisboa e de que tenho a 2ª edição, de 1830, asterisco, sinal dos vocábulos antigos e menos usados, lê-se o seguinte: anotada por Frei José de Santo Antônio Moura. Aí, aliás, com um Alhelme. - Por outro nome dentre pubertatis. São os dentes molares, a que chamamos dentes do siso. Avicena, liv. I, parte I, capítulo 10, dos dentes.

Bem, mas que tem o arábe ahelme com dente queiro?

Continua o etimólogo:

Do radical alh vem alhasus, os três ossos pequenos, diz João de Souza, que estão no fim da cauda. O dente cueiro é, pois o dente do rabo ou o rado dos dentes, isto é, o último que aparece, e por isso é dente cueiro, como se dissera dente rabal(!).

Pensamos leitores que o ponto admirativo, entre parênteses, é sinal da minha consternação? Pois, não senhores; está lá mesmo no texto da citada p. 179. João Fernandes espantado de si mesmo, gra fôu o seu pasmo com aquele sinal!...

Refleta-se no caminho que tomou a mentalidade desse infeliz: - Ahelme é dente do siso em arábe, disse João de Souza; Alhasus são três ossos do rabo, diz o mesmo autor, despojando avicena: logo, dente cueiro é dente do rabo!

Por esse cálculo, que se pode chamar dos radicais, e passando do João de Sousa ao João Fernandes, nada mais simples do que cravar o dente no rabo, ou meter o rabo entre os dentes.

Francamente, isto é grave, muito grave, e aqui entro em conferência com os Srs. Dra. Osvaldo Cruz e Afrânio Peixoto, digníssimos médicos da Academia de Letras. A liberdade profissional vigente dispensa-me do diploma para o exercício da Medicina.

- Não acham V.Ex.as que o subdelírio do nosso enfermo, aquele tenuíssimo fio pelo qual, mediante vaga associação de idéias, o seu raciocínio se converte em perpétua divagação, está claramente indicando a moléstia? Não lhes parece que nos achamos em frente daquele tipo de charlatão patológico (pathologischer Schwindler, de Delbrück) e que daí não vai senão um passo as mais lamentáveis anomalias?

Concordam, não é assim? Por ora a mania ainda não é violenta. Ele planeia um Sttisier e se contenta de haver descoberto que maria-gomes (3) vem do Kimbundo, e que cabaça é fenda escira... Mas amanhã? Eu cá por mim receito-lhe emboracções. É o que lhe estou aplicando!

Carlos de Laet

(3) No original está "Maria Gomes".

**DISCURSOS
E
CONFERÊNCIAS**

ORAÇÃO DE PARANINHO

Discurso no Colégio S. Luis, de Itu (SP), em 15 de dezembro de 1907, como paraninfo dos bacharéis em Ciências e Letras.

Revmo. Sr. Reitor
Sr. Representante da Autoridade Civil
Revmos. Srs. Membros do Clero
Srs. Bacharelandos
Exmas. Senhoras
Meus Senhores

Não ignoro estar agora em moda um critério histórico bem diverso do que por muito tempo se usou.

Era de prazer que aos tempos coetâneos dos sucessos se trasladassem os historiadores, assim se constituindo partícipes dos sentimentos, das paixões, das opiniões, das idéias que agitavam os protagonistas de tais eventos. Destarte ninguém julgaria um antigo romano sem viver com ele a vida civil e particular daquela época, e absurdo seria julgar ou de suas virtudes ou de seus crimes, aferindo-os pelo estalão moderno. Eis porque para a Arqueologia e para a Literatura, para o estudo dos monumentos, ou pomposamente erigidos à face da terra, ou já domindo o sono do olvido no pó das bibliotecas e dos museus, constantes se volviam os historiadores, e por felizes se davam quando, como um Niebuhr ou um Mommsen, peça por peça reconstruíam extintas civilizações.

Mais por este seguro sistema do que pelo moderno, que entre os aplausos de elegantes auditórios transporta o passado para a atualidade de pretéritos séculos - aqui, senhores, me pretendo guiar, examinando qual o estado d'álma do último dos jesuitas que a 16 de março de 1760 deixavam terras do Brasil, expulsos pelo governo e demandando, no outro lado do Atlântico,

a perseguição, o cárcere, e pior ainda, a calúnia que denigre o perseguido.

Balouçava-se em águas do porto de Guanabara a nau denominada *Nossa Senhora do Livramento e S. José*, sob o comando de Gaspar Pinheiro da Câmara Maciel. Cento e dezenove eram os banidos, que todos trabalhavam no Colégio do Rio de Janeiro, com exceção de dois, domiciliados em Campos de Goitacases. Iguamente copiosas as prisões efetuadas nas Alagoas, sob o governo de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, na Bahia, no Espírito Santo.

Por toda a parte era a roupeta o uniforme do crime, e de crime tão execrando que nem achava defensores. De bélico e minaz aparato cercavam-se os Colégios, Pairava no ambiente uma hostilidade geral. E no Alvará de 3 de setembro de 1759 bem se especificam as notas pelas quais eram declarados *proscritos* os padres da Companhia, *exterminados* outrossim, *desnaturalizados e expulsos* de Portugal e seus domínios, como rebeldes, traidores, agressores e adversos à pessoa e ao governo real.

O povo, esse não tomava partido pelos proscritos, e antes prestava aos opressores todo o concurso da boçal indiferença: estava *bestializado*, como da atitude popular em outro sucesso opinou conhecido demagogo (1). E, como nunca falta a todas as Paixões a colaboração dos Iscariotes, discípulos e amigos havia (como, entre outros, aquele José Basílio da Gama, tão admirável pelo talento, detestável pelo caráter), os quais não se pejavam de acusar os benfeitores da véspera para ganharem o pão do dia seguinte.

(1) - Aristides Lobo. Esta frase, dita a propósito da proclamação da República, é lembrada por Laet em vários de seus escritos.

Sendo estes os fatos, senhores, imaginai (como vos ia dizendo) a situação de esóritio do último jesuíta prestes a embarcar para o exílio.

Que derrota, que descalabro, que desmoronamento geral!

Tudo por terra, de quanto pacientes haviam levantado em mais de dois séculos de indefeso labor!

A obra colossal da catequese, tão ampla, tão heróica, tão espeançosa, como jamais se planeara em qualquer parte do mundo - eles a deixavam em meio, e sem condignos sucessores a quem puderam entregá-la. Desamparados, iam os índios ser de novo preia das cobiças dos colonos, ou tristemente voltariam às selvas, perdendo com a lei do Cristo a noção da fraternidade humana. Desertas as capelas, abandonados os núcleos do trabalho alegre, reduzidas a *taperas* as vilas e aldeias onde, em torno do Cruzeiro, folgava o gentio sob o doce jugo da religião.

Por substituiu ao padre, que orava e aconselhava, a torva figura do guerreiro que ameaça e destrói. A conquista, que se amiegara em catequese, novamente degenerava em caçada humana, qual ainda agora se está fazendo com vãos protestos do filosofismo, que não sabe, não pode dar missionários. E o jesuita, o catequista por excelência, alongando-se da terra a que consagrara os seus trabalhos, duas vezes seculares, tinha a suprema, a insuperável angústia que dilacera a alma do artista, quando aos pés brutais de um janízaro vê despedaçada a sua obra-prima, onde em porfiosas e vigiladas noites transvazou todo o sopro criador, todos os frêmitos da inspirada fantasia.

E a reputação, o bom nome, os créditos da Ordem, tão duramente vilipendiados pelo ato governamental! Manda a humilde que felizes se repute os padres porventura alvejados pelas flechas da irreligião; mas não quer isto dizer que de todo indiferentes lhes sejam as injustiças no julgamento de seus atos. Do próprio Jesus referem as Sagradas Letras a que certa vez

perguntou aos discípulos o que da sua divina Pessoa devaneavam os povos. - *Quem me discunt esse turbae?* (Luc., IX, 18). "Quem dizem as turbas que sou eu?" Ora, atrocíssima, em sua generalidade, era a sentença proferida pela opinião contra a Companhia. Calavam-se os benefícios, omitiam-se as glórias de longos anos, e, por outro lado, exagerados eram os defeitos (nem há obra humana que os não tenha), desnaturados os intuitos, e calculadamente exacerbadas todas as cobiças, que pelo extermínio caminhavam ao confisco.

E, senhores, por mais dolorosa que seja a injustiça dos antagonistas, mais ainda ela recresce em partindo de amigos e correligionários. De alguns membros do alto clero também recebiam os jesuítas formidáveis ofensas, não faltando quem, com manifesta portergação das normas de equidade, logo deu como provadas todas as arguições do poder civil, e a todos os fiéis recomendava que com aqueles se abstivessem de qualquer comunicação, " por não se inficionarem com o letal contágio depestíferas opiniões"...

Há no sublime poema de Milton, uma cena, talvez de todas a mais comovente, aquela em que do Paraíso Terreal saem, expulsos e malditos, os nossos primeiros pais. Atônitos, angustiados, contemplam eles a deliciosa mansão conde os excluía o pecado. Correm-lhes as lágrimas pelas faces, mas (diz o poeta) bem depressa as enxugaram; e a razão logo a dá:

*The world was all before them, where to choose
Their place of rest, and Providence thei guide. (2)*

"Em frente lhes estava o mundo todo, onde escolhessem o seu lugar de repouso, guiados pela Providência". Este supremo consolo, Deus, senhores não refusa aos maiores criminosos, quanto mais aos injustamente oprimidos. A esperança, última das dádivas feitas à mítica Pandora, e que pertinaz se obstinou em não desertá-la,

(2) - *O Paraíso Perdido*, canto XII, vv. 646-647

também devia falar àqueles prófugos, acenando-lhes com a reparação em tempos vindouros, quando sobre os escombros da Ordem, e das monarquias que após ela periclitaram, serena se assentasse a História e proferisse o seu veredicto.

Dos jesuitas perseguidos pela truculência desse Pombal a quem o livre-pensamento bate palmas, e que o Positivismo incluiu no seu hagiológico, festejando-o a 19 de *Frederico*, que é o mês consagrado à *política moderna*, alguns houve que dezoito anos padeceram na marmorra, dels não mais se ouvindo falar até à queda do famoso tirano. "Seus alquebrados corpos" (diz o protestante Southey) "não lhes permitiram legar à posteridade a sua ciência: e os seus conhecimentos, tão penosamente adquiridos, pereceram com eles." Os outros, de quem mais cedo abriu garra o déspota português, abatidos e sem meios arrastaram penosa existência. Os que do Pará foram remetidos ao Maranhão, seguiram empilhados como fardos no porão de um navio, e no trajeto para Portugal quatro faleceram, vitimados pelo mau alimento, pela sede, pela falta de ar... Aos que do Recife partiram para a Europa, pegou a fereza dos carcereiros, não somente água com que se dessedentassem, mas o pão da vida espiritual, de que se pascem os moribundos. Cinco assim sucumbiram ao péssimo trato e privados dos últimos sacramentos.

Na contemplação da sua ruína e na iminência e temor do horroso futuro, tênue deveria ser a esperança do exilado jesuíta; mas, ainda que viva fosse e baseada na indefectível e eterna Justiça - nunca, senhores, se poderia supor que tão depressa esta havia de chegar, nem que tão completa seria a reabilitação dos bons.

Onde estão, eu vos pergunto, os perseguidores da Ordem? Que espírito reto, que coração humano hoje aplaude os processos ditatoriais e tumultuários que assinalaram a proscrição do Jesuíta? Quem haverá, suficientemente versado na história pátria, e que não deplore essas brutalidades e ingratidões, com que o sectarismo

despremiou os mais sinceros e eficazes coadjuvadores do poder civil, no desbravamento das selvas na fundação de povoados, na extinção do canibalismo, na conversão do caboclo, na sua adaptação às necessidades sociais na difusão do Cristianismo - aqui, como em todo o mundo, valoroso pregoeiro da vida em comum, e do melhoramento da sociedade terrena, sem perder de vista os finais destinos do homem? Onde está Pombal, onde os seus asseclas, que estipendiados se envileciam na propaganda de aleives? Mas o jesuíta, vós aí o vedes, senhores, humilde sempre, sempre, sempre disposto ao serviço, *sicut qui ministrat* (3) (Luc., XXII, 27): sempre disposto ao bem, ao esquecimento dos agravos, à continuação dos benefícios.

Nada mais implacável do que o algoz a quem se arranca a vítima. É preciso não perturbar as feras no seu repasto. Esse ódio do escravismo contra os libertadores, tão claramente assinalado em épocas não remotas da nossa História, explica os rancores do colono contra o jesuíta, do *bandeirante* adverso ao padre, do escravizador de selvagens contra o catrequista que, chamando-os ao trabalho, ao mesmo tempo lhes ensinava que eram nossos Irmãos. Eis uma das razões de queixa contra o jesuíta.

E por que mais eram odiados? Porque eles representavam a mais elevada cultura literária do seu tempo. Com fino humorismo notou Vieira que os primeiros disparos invariavelmente são, não para os que trazem espada, mas para o que levantam a lanterna. O mundo não ama as luzes, porque de longe vem a sua teima contra a primeira luz.

O padre que simplesmente diz a sua missa (já em outro lugar o mostrei e agora o repito)(4) pode gozar de simpatias e até fazer-se popular. Há nos livros dos incrédulos muitos sorrisos para

(3) - "Assim como quem ministra."

(4) - Na conferência sobre *O Frade Estrangeiro*, incluída neste volume.

as virtudes meramente contemplativas. Ai, porém, daquele que ensina e moraliza! ai do que verbera vícios, torpezas, escândalos sociais! do que na defesa da sua doutrina cinge as armas de polemista e, do púlpito, ou no jornal ou no livro, desassombrado escama misérias atuais! Para estes é que se faz primeiro o motejo, e por último a procrição e o cárcere, quando não o patíbulo. Ora, o jesuíta, em sua múltipla e fecunda atividade, fizera-se o condutor das almas, o grande censor de erros públicos, o mais influente patrono das fraquezas oprimidas. Evidentemente não era possível suportá-lo!

Aniquilaram-no, efetivamente, mas ele voltou, com a mansa e irresistível porfia de um mar, que na vazante afirma seus direitos à plaga, e em breve a reocupa. Voltou-se à catequese, voltou ao púlpito, voltou ao confessional, voltou à cátedra docente. Na educação da mocidade em país que - ainda mal! - inscreve na sua Constituição o indiferentismo religioso, o jesuíta aparece nas primeiras linhas dos educadores e com os mais fundados títulos reclama o seu posto de honra para afeiçoar a mentalidade brasileira.

Um por um se desfazem os preconceitos e as abusões concernentes ao jesuitismo - nome que só por si levava calafrios à medula dos papalvos embalados pela má fé pombalesca. Da pureza coutrinal, da severidade de costumes, do acendrado civismo que se professam e aprendem nos colégios da Ordem, dão testemunho eloqüente os milhares de alunos que neles estudam, que neles se formam e que depõem unânimes em prol de seus mestres, varões exímios nas humanas como nas sagradas letras, e que à razão nenhum dos privilégios retiram que legítimos lhes conferiu o Criador.

Fundada principalmente para obedecer, numa quadra em que intolerante de autoridade se exhibia a revolta de Lutero e de seus adeptos, a Ordem dos Jesuítas não tem que corar da sua obediência ao Pontífice inerrante, e ela ao mundo, quotidianamente agitado pelo espírito da rebeldia, oferece o mais seguro exemplo da abnegação pelas supremas exigências em um ideal.

Cousa singular! Em conciliábulo de anarquistas sobre um recai a pavorosa missão de assassinar um rei, ou um presidente de república... E o designado parte, sem discutir, e põe por obra o sinistro desígnio. Porquê? Porque era membro de uma associação secreta, e, iniciando-se, jurara obediência sem discussão. A isto o mundo nada tem que objetar: mas toda repugnância ele se mostra, e toda estranheza, ante o juramento do padre que protesta obedecer, não para a aoutrem tirar a vida corpórea, mas para etema assegurá-la aos seus irmãos em Cristo.

Obedeço a Deus, não ao homem - exclamava com razão o Padre Ravignan. Há nisto uma teoria magnífica. Ela é sobrenatural e divina, mas isto em nada a prejudica. O superior manda com a consciência da autoridade que lhe advém de Deus; o inferior obedece pela convicção da obediência que deve a Deus. O superior vive da fé; vive da fé o inferior. Suprimis vós outros a fé; extinguis o facho donde toda a lua procede, e às cegas nos lugares através das trevas que fizestes. (De l'Existence de l'Institut des Jésuites.) 5

Esta supressão da fé, única base estável da sociedade, assaz explica por que, nos países onde se persegue a religião, logo entra o desprezo da autoridade, e o seu inevitável consecário, que é a peste das revoluções. Quando os soberanos, dominados pelo orgulho, entraram em acintosas competências com seu pai espiritual, que é o Vigário de Cristo, e assim criaram na França o chamado galicanismo, o josefismo na Áustria, o leopoldismo na Toscana e o pombalismo em Portugal, sem o perceberem deram o mais forte golpe na sua própria autoridade. Na França, quem proscreeu os jesuítas foi o dissoluto Luís XV; passava-se isto em 1762; e já em 1793, apenas decorridos trinta e um anos depois,

(5) De L'Existence et De L'Institut des Jésuites, par le P. de Ravignan, de la Compagnie de Jésus. Septième édition revue et augmentée. Paris, Ulien, Lanaier et C., Éditeurs, 1885, p. 119.

sucumbia a realeza, desatinavam os povos em crudelíssimos delírios, e subia ao cadafalso o mísero Luís XVI, que do avô recebera um reino desgovernado e ingovernável. Neto também de D. José I, que homologou a proscrição da Companhia, era Dom João VI, que em 1807, a 29 de novembro, quarenta e oito anos após o Alvará que bania os jesuítas, igualmente prófugo se embarcava em Lisboa, consigo transportando sua velha mãe demente e a família assustada por fugir às violências de Junot, soldado dessa revolução a cujos princípios se opunham os jesuítas. Talvez mais não fora preciso, senhores, mas ainda peço vênia para uma dolorosa aproximação, que apenas aliás e sempre me haver parecido que entre nós nas tendências filosofantes da última fase da Monarquia estavam os pródromos da tempestade que a salteou e soverteu...

Mas tão-somente contra as frentes coroadas se desencadeiam os tufões revolucionários? Não, e para disto haveremos prova bastar-nos-ia atentar na História do continente. Com serem minúsculas, não menos ferozes se deparam as lutas em que armam e desfazem ditaduras, poempeiam ostentosos sátrapas, ferem-se e matam-se governadores de Estado. A revolução segue seu caminho, e, tendo volvido costas a Deus, não é de espantar que do teorema tire os corolários, e no direito da força assente a força do direito. Sobre tais conturbações passam os interessados uma esponja imortal, mas altamente cômoda, a doutrina do fato consumado; e, beduínos de novo gênero, sossegados recolhem os despojos da vítima no mesmo local em que a viram tombar.

Tudo está em questão, tudo vacila em terreno vulcânico, e tristemente interrogativo se desenha o dia de amanhã.

No meio destas angústias, beneméritos membros da Ordem que por excelência se proclama obediente, muito podeis fazer, muito já tendes feito, muito espero que ainda façais, preparando estes moços, que hão de ser os homens de amanhã.

Continuarei a inspirar-lhes, com o amor das Ciências e das Letras, o temos d'Aquele que não os proíbe, antes as protege - Deus scientiarum Dominus est (7), como lá diz a Escritura - mas que acima das hipóteses e controvérsias dos sábios põe as eternas verdades da Revelação. E sobre a lição do dogma assenta a da moral, preceituando os rígidos princípios da probidade, particular e cívica, para as quais em vão busca fundamento a chamada moral independente, que outra cousa não é senão o desvairo a dispensar Legislador, e intimando umas leis sem autoridade nem sanção.

Alvo das contradições de inúmeros adversários somos nós os católicos, e mais do que todos vós outros os que envergais essa roupeta. Mas não importa. Prossegui bem-fazendo.

Os governos por si sós (ensinava José de Maistre) não podem governar. Máxima aqui temos tanto mais incontestável, quanto mais a meditarmos. Precisam, pois, como de indispensáveis ministros, ou do servilismo que diminui o número das vontades agentes no Estado, ou da força divina que, por uma espécie de enxerto espiritual, destrói a natural aspereza dessas vontades e as dispõe de forma a conjuntamente operarem sem recíproco dano. (Du Pape, liv. III, cap. 2º)

Ensinai, senhores, os governos deste país a governar cristãmente, e a eliminarem, pela força da religião, as outras forças latentes, mas formidáveis, e prontas sempre para a insurreição e ruína.

(7) "Deus é o Senhor das ciências."

Quanto a vós, senhores bacharelados (vede que vos deixei para o fim pela mesma razão por que, nas despedidas, o último adeus é para o ente mais bem-querido), quanto a vós, permiti que vos felicite, e não tanto pelo honroso grau que soubestes adquirir, como pelo providencial favor que nesta casa vos colocou, aparelhando-vos para as lutas da vida sem os desfalecimentos da fé.

Não há combate mais doloroso do que esse entre a razão e a crença, no primeiro de grau do abismo donde não mais se volta; pavorosa luta em que somos, ao mesmo tempo, arena e prêmio das potestades que dentro de nós digladiam, ora deslumbrando-nos com os clarões da graça, ora imergindo-nos em trevas, onde se assalta a vertigem do abismo. Bendita, filhos meus (assim prefiro chamar-vos), bendita a mão que de tais recontros vos isenta, e que vos confirmou na religião de vossos pais!

Quaisquer que venham a ser as vossas opiniões, políticas ou sociais, honestamente as professareis, sendo católicos, porque em nossos mandamentos estão a justiça e a caridade, de que mera forma inferior é o que se chama tolerância. Eu, que vos falo, sou monarquista irreductível, porque assim o tenho por melhor para a felicidade da Pátria; mas, se republicanos sois, ou se o vierdes a ser, nunca uns para com os outros seremos injustos, quando todos sejamos católicos. No mais aceso da pugna, entre nós se ergueiria um símbolo comum, a Cruz do nosso Mestre, do nosso Amigo, do nosso Deus, e solene nos intimaria a fraternidade para com o adversário, o respeito das alheias convicções, a caridade para com o vencido.

O que ireis ser, só Deus o sabe, só o conhece aquela misteriosa sabedoria para a qual tão previsíveis são os movimentos dos astros, encadeados por leis físicas, como o futuro dos homens, no gozo do livre arbítrio; mas em todas as profissões, em todas as condições sociais, a crença religiosa vos indigita o caminho, pela trilha da verdade, do bem e do belo.

Nesta suave doutrina, realmente sublime, e ao mesmo tempo tão singela que a uma criança se explica e ela a percebe em um livronho de catecismo, é a regra do homem particular e a do homem público. Já deixo dito que o Catolicismo é a teoria da obediência dentro da lei aos legítimos depositários da autoridade; mas também sabei que na alma do cristão ela talha as nítidas e indestrutíveis facetas da integridade moral, resistentes às deletérias influências de um meio derrancado. Eram assim fortes aquelas austeras personagens que a História nos apresenta arrostando os tiranos, e que a religião deocra com palmas e entroniza em seus altares. Sede, pela firmeza dos princípios, convencidos imitadores desses heróis.

É de Cristianismo, senhores bacharelados que mais precisa esta nossa Pátria, comablida pelo indiferentismo, que da religião passou à política e a todas as manifestações da vida social. Ninguém mais vale por si, desde que cada qual aguarda como proceda o mais forte para por este modelar o seu procedimento. Reagi, senhores, contra essa tendência fatal: e no meio do snobismo, que em partes iguais se compõe de patetice e vaidade, plantai bem firme a bandeira da nossa religião, das vossas tendências filosóficas, das vossas convicções em qualquer assunto. Sede virtuosos, com a graça de Deus e pela intercessão da Mãe Celestial; sede sábios, se o puderes ser, e felizes também, quanto vo-lo desejo; mas para isto não vos dispense de serdes homens, na bela acepção que a esta palavra dava Bonaparte para aplicá-la a um grande gênio (8).

Procurando-me, senhores bacharelados, e honrando-me com a escolha para vosso paranindo, já pouco mais ou menos sabeis que eu não vos traria um discurso de aparato.

(8) Goethe. Voilà un homme, disse Napoleão quando o poeta se retirou, depois do encontro que tiveram em Erfurt (Alemanha), em 1808. (V. Marcel Brion, Goethe (Génie et Destinée). Paris, Éditions Albin Michel, s/d [1949], p. 303.)

Outros neste momento vos entregariam uma grinalda de flores, e joviais vos apontariam o ádito do festim. Vagam, com efeito, pelo ar perfumes de láureas recém-colhidas; estronda o palmejar do triunfo, ilumina-vos o sorriso de vossas mães, de vossas irmãs satisfeitas... Que desejo para vos dizer severas verdades! Mas elas ficam ditas e, ousou esperá-lo, não serão esquecidas. Não vos tratei como se fôreis crianças, mas como cavalheiros na sua vigília. O que, pois, vos entrego não é florido ramo, mas uma espada de combate.

Estais agora, meus filhos, em frente da temerosa realidade. Começa para vós a luta da vida... Mas que haveis de vencer, presságio mo diz o coração. Protegem-vos armas que, quais as do gueirreiro da Ilíada, foram forjadas por divino artífice. Com elas sereis invencíveis.

E que Deus vos acompanhe!

(Fonte: Doutor Carlos de Laet. Paranympo. Nicteroy, Escola Typ. Salesiana, 1910. [Leituras Catholicas, nº 244, Anno XXI -Abril - Fasc. IV]

A IDÉIA DE PÁTRIA

(Fontes: Jornal do Brasil, 12-12-1911; e manuscrito existente no Arquivo-Museu de Literatura da FCRB)

Conferência no Clube Militar, no Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1911.

TEMA:

A idéia de Pátria - Seus cultivo na escola primária no Liceu e na academia. - Apelo ao professorado do Brasil no sentido de preparar a alma da infância e da adolescência para amá-la e mais tarde defendê-la.

Pela Diretoria deste Clube, que tão dignamente figura o Exército Nacional, fui convidado para iniciar uma série de conferências patrióticas e estremes de política. Notai bem, senhores, a finíssima delicadeza do Clube Militar: desejando, nestas conferências, que a idéia de Pátria pare acima, muito acima das contingências de partido, a emérita associação não quis que fora do seu convite ficassem os vencidos de 89; e entre eles foi procurar o mais obscuro e o que menos se recomenda pelos dotes da palavra, servindo-lhes apenas de título certa reputação de intransigência.

Correspondendo ao honroso convite, eu não me fiz a menos violência. Não hesitei um momento, como bem sabem os que me foram buscar na minha tenda de trabalho... E quando, além da honra da escolha, também fui informado de que me designavam a de iniciar estes trabalhos, igualmente respondi que estava pronto, conhecedor como sou, ainda que superficial, daqueles princípios como sou, ainda que superficial, daqueles princípios da arte militar, que, para os primeiros encontros, desaconselham o emprego das tropas mais peritas e a guerridas.

Aqui estou, senhores, como quem obedecendo serve, sicut qui ministrat, e não simulando uma emoção que me não salteia, mas na plena segurança de que me acho entre bons camaradas, dotados daquela indulgência que é um dos predicados da força, e entre conterrâneos que comigo, não obstante quaisquer acidentais divergências, participam do mesmo ideal, isto é, a prosperidade, mas uma prosperidade honrosa, desta nossa Pátria, que todos entremecidamente amamos.

Preceituastes, senhores, que no pórtico da construção que juntos vamos erigir, antes do mais se definisse a idéia de Pátria.

Que é Pátria?

Variam as definições, e muitas eu aqui vos poderia recordar. Poderia, com os léxicos, vulgamente repetir-vos que é - a terra onde o homem nasce - e com isso não adiantaria grande cousa. Poderia, analisando o conceito, mostrar seus fundamentos na solidariedade humana, apontando o auxílio que recíprocos se prestam os animais de certas espécies, fato que sem razão se omite na zoologia, onde com estreiteza filosófica apenas se considera a luta pela vida. Poderia, com Augusto Comte, expor história do patriotismo... Poderia... Mas eu aqui, senhores, não estou fazendo uma preleção filosófica, nem ruminando frases de pensadores; a definição que buscamos, eu a irei encontrar em nosso coração no voss, militares que sois, no meu que com o vosso tantas vezes se tem achado nas pugnas da publicidade. Pátria, senhores, - e eu sei que me dirijo a soldados - não é tanto a terra em que se nasce como aquele pela qual estamos prontos a morrer!

Efetivamente, em torno do berço em que pela primeira vez abrimos olhos à luz, podem as abstrações, as paixões do momento, os preconceitos da época, gizar um círculo mais ou menos vasto. Surge a teoria das pequenas pátrias, que, empunhando o compasso das conveniências, traça periferias acanhadas. Imagina, porém, que, com desacato dos nossos brios soberanos. A afronta fazia-se

no Rio Grande do Sul, e em Mato Grosso; mas não menor era a indignação em Cuiabá e Porto Alegre do que no Rio de Janeiro, do que em S. Paulo, do que em Ouro Preto, na Bahia e no Recife. Aí e em toda a parte sentia-se que era direta a ofensa, e que a todos incumbia o dever sagrado, esse de morrer pela terra comum: - e tal a Pátria dos que unânimes assim pensavam e correram a formar legiões de voluntários.

Desenvolvendo uma série de considerações que longo fora aqui reproduzir, o fundador do Positivismo, que se diz ortodoxo, propõe uma modificação vocabular, entendendo que antes do que Pátria a terra natal se deveria chamar Matria. Mesmo nisto, senhores, ousou discordar do famoso filósofo e contra ele invoco a opinião e o sentimento, não deste ou daquele pensador, mas a de todo o mundo. *Patris*, disse o grego, *Patria* disseram os romanos, e daí com leves modificações se transmitiu a palavra aos idiomas novilatinos. Mas longe, porém, cumpre pesquisar a origem donde promanou o germânico *Vaterland*. A raiz do vocábulo *Mater* dá idéia de criação, de produção; mãe é propriamente aquela que produz. *Pater* vem de outra raiz; é o que protege e, portanto, o que governa. Ninguém, por isso, diz - a linguagem paterna - e sim a materna, porque na linguagem não reconhecemos soberania, nem com ela contraímos deveres de vassalagem; a Pátria, porém, sendo quem pela natureza das relações sociais nos sustenta e protege, também é quem por isso faz jus a certa superioridade no governo e direção dos nossos atos.

Os antigos, tão sagazes no apreenderem estas finas distinções vocabulares, que afinal são distinções de idéias, porque as palavras nada valem quando nelas a idéia não se espelha fielmente, os antigos, portanto, não se tinham enganado, como supôs o filósofo francês. Virgílio, naquela sua estupenda e comovente descrição da última noite de Tróia, pinta-nos Enéias impondo aos ombros o velho pai e assim, de gládio em punho, rompendo a turma dos invasores

incendiários. Era o pai e era a pátria quem ele ao mesmo tempo defendia.

Essa idéia de Pátria, muito bem pensais, Srs. oficiais, que preciso é desenvolvê-la desde o início da vida pública. É na escola, é nessa ponte por onde se passa da inconsciência infantil à reflexão compatível com os primeiros anos, que urge afeiçoar a inteligência e o coração do menino, inculcando-lhe são princípios cívicos e a tempo o desviando dos sofismas com que, desgraçadamente, em nossos dias se há tentado desvirtuar a noção de patriotismo e dos deveres para com a Pátria arrecadar a mocidade das escolas.

Receiando estabelecer paralelos que possam acaso melindrar os que não professam as minhas opiniões filosóficas e religiosas, eu me absterei de quaisquer confrontos; não quero que o polemista se revele no vosso orador; mas lícito me seja afirmar que, nas escolas verdadeiramente cristãs, o amor da Pátria é uma virtude indispensável, e que, para o cumprimento dos deveres cívicos, temos intimações tão prementes e rigorosas como para o desempenho de outros deveres.

Na lei mosaica, que é parte das Sagradas Letras, Deus consagrou o amor da Pátria. Nos lances arriscados daquele êxodo tão interessante, cuja narrativa deu nome ao segundo códice do Pentateuco, continuamente exorta Moisés aos hebreus, ensinando-lhes que devem amar a sua nação, estimar as suas leis, zelar as tradições dos seus maiores - lições todas estas de rematado patriotismo, e que ainda hoje, através dos séculos, portentosas cimentam, na alma dos israelitas, a idéia de uma pátria, e deles, apesar de tudo, faz um povo disperso, mas inconfundível na sua confusão.

O autor do livro do Eclesiástico (cap. 44 e seguintes) elogia todos os que contribuíram para a pujança e glória judaica. "Seus corpos" (diz a Escritura) "foram sepultados em paz, e o seu nome

vive na sucessão dos séculos" (V. 14.) É um artigo patriótico, como hoje diríamos, celebrando as virtudes dos grandes vultos da história nacional. E os livros dos Macabeus, tão infundadamente rejeitados pelos protestantes, nada mais são do que a epanáfora dos feitos militares em prol da religião e da causa pátria. Era por amor de ambas que pelejava aquele herói que, no dizer bíblico, se vestiu de couraça como um gigante, com suas armas se forrou nos combates, e protegia todo o arraial com a sua espada.

Não é verdade, senhores, que o ideal da fraternidade humana, tão belamente doutrinado no Evangelho, se de alguma sorte se opunha ao patriotismo. Vinha o Cristo, é certo, constituir no mundo uma associação mais extensa do que qualquer grupo particular e destinada a transcender as fronteiras das nações; mas o ideal cristão longe está de ser avesso ao patriotismo bem compreendido; e, se disto alguém duvidasse, por mais aferrado aos enganos dos seus filósofos, confiado eu lhe mostraria o Divino Mestre vertendo lágrimas ao anunciar os desastres iminentes sobre a nação hebraica.

Quando, em solo tão vantalosamente propício ao desabrochar na inteligência, qual o da velha Grécia, separados se viam por instituições e usanças diferentes os diversos povos helênicos, na unidade religiosa e se fundou aquele sentimento de uma pátria comum, que a todos interessou na defesa do país contra o invasor asiático.

"A pátria de cada homem", diz o erudito Fustel de Coulanges,

era a parte do solo que a sua religião doméstica ou nacional tinha santificado, a terra em que jaziam as ossamentas de seus maiores e que as almas destes ocupavam. A pequena pátria era o recinto da família, com o seu túmulo e o seu lar. A grande pátria era a cidade, com o seu pritaneu e os seus heróis, com o seu recinto sagrado e o seu território marcado pela religião. Terra sagrada da Pátria, diziam

os grejos: e não era um vão dizer. Aquele solo era verdadeiramente sagrado para o homem, porque era habitado pelos seus deuses. Estado, Cidade, Pátria - tais palavras não eram para eles uma abstração, como para os modernos; realmente representavam um conjunto de divindades locais, com um culto quotidiano e crenças que poderosas agiam sobre a alma.

Por isto (continua o mesmo expositor) se explica o patriotismo dos antigos, sentimento enérgico que para eles era a virtude suprema e à qual vinham dar todas as outras virtudes. Tudo o que o homem podia ter de mais querido, confundia-se com a pátria. Nela se achava o seu bem, a sua segurança, o seu direito, a sua fé, o seu deus. Perdendo-a, perdia tudo. Era quase impossível que o interesse particular estivesse em desacordo com o interesse público. Platão diz: É a Pátria quem nos produz quem nos alimenta, quem nos educa. E Sófocles: É a Pátria quem nos conserva. (La cité Antique, 18^{ème} éd., Paris, 1903, p. 233).

Assim foi, senhores, durante longo tempo. Era na quadra em que religião, política e letras, todas se consorciavam para a grandeza da Grécia; era o tempo em que Ésquilo, o mais glorioso dos tragediógrafos, redigindo seu próprio epitáfio, neste, como título à gratidão dos pósteros, apenas mencionava os seus feitos militares, de soldado que fora em Maratona; era época em que, em tomo dos mesmos troféus, os da batalha de Salamina, agrupava o patriotismo os três grandes poetas. Ésquilo, o velho combatente; Sófocles, adolescente ainda e figurando nos coros festivos do brilhante sucesso; e Eurípides, vindo ao mundo no mesmo dia em que, aos hábeis golpes de Temístocles, sucumbia a pujança marítima dos persas.

Mais tarde, senhores, esse ideal degenerou. Fale ainda Fustel de Coulanges:

Então não se amou mais a Pátria pela sua religião nem pelos seus deuses (explica ele) mas tão-somente por suas leis, suas intuições e pelos direitos e segurança que ela a seus membros concedia. Veja-se

na oração fúnebre que Tucídides põe na boca de Péricles, quais as razões que o fazem amar Atenas; é porque - esta cidade quer que todos sejam iguais perante a lei; é porque - ela dá aos homens liberdade e lhes abre caminho a toda espécie de honras; é porque - ela mantém a ordem pública, assegura aos magistrados a autoridade, protege os fracos e a todos depara espetáculos e festas que educam a alma... (1) E Péricles termina dizendo: "Eis porque (2) heróicos pereceram os nosso guerreiros, não tolerando que se lhes roubasse tal pátria: eis porque os sobreviventes estão prontos a sofrer e a dedicar-se por ela". O homem ainda tem, pois, deveres para com a cidade: mas eles não mais decorrem dos princípios de outrora. Dá ainda seu sangue, sua vida, porém não mais para defender a divindade nacional e o lar paterno; e, sim, para defender as instituições de que ele goza, e as vantagens que a cidade lhe granjeia. (Op. cit., p. 432-433).

Escusado se torna, senhores, explicar-vos qual dos dois ideias melhormente serviu à causa da Grécia. Combatendo o persa, dez, cem vezes mais numeroso e aparelhado, pôde o grego com vantagem repeli-lo e cantar o epinício nas estrofes imortais dos seus poetas. Foi o tempo do heroísmo, aquele em que trezentos bravos se deixaram matar nas gargantas das Termópilas, dando assim rebate para que se apresentassem seus irmãos. Era o tempo de Leônidas. Com Péricles é a guerra do Peloponeso, quero dizer o grego contra o grego, isto é, já o fratricídio. Através das fatais dissensões intestinais obriga-se o advento do macedônio e mais tarde o do romano. É sempre pelas rivalidades internas, meus senhores, pelas rixas partidárias, pelas competições de magnatas e por ciúmes de autonomia que começa o desmedar das nacionalidade e se prepara o domínio do estrangeiro.

(1) Os grifos da citação de Tucídides são de Laet, que também a adaptou ligeiramente à sua própria redação.

(2) Conservamo-a, aqui e noutros lugares, porque, numa só palavra, uso constante em Laet.

Que, portanto, a idéia de Pátria deva ter seus mais profundos alicerces no sentimento religioso, é lição da História e da experiência.

Nos dias em que ao redor de Paris se estreitava o círculo de ferro das armas prussianas, o Visconde de Vogüé, um dos voluntários dessa campanha, refere um fato que peço vênia para lembrar.

Tristemente passeava ele os seus olhares pelas linhas avançadas dos franceses, e aí das barracas iluminadas partiam alegres clamores e trechos de uma opereta. Eram oficiais e praças que bailavam ao som de realejos e de outras músicas improvisadas. Súbito, ao longe, do lado dos alemães, solene e majestoso se elevou um cântico; era o psalmo da noite entoado pelas tropas germânicas após o toque de recolher... E desde então (conclui o Sr. de Vogüé) magoado percebi para que lado ia pender a vitória...

Senhores, quando a legislador constituinte, seguindo uma filosofia que ora me abstenho de apreciar, condenou o ensino confessional, todavia não podia ter em mente ir além do que se faz nos Estados Unidos, que é a terra clássica da liberdade de cultos; e se agoara me pedis que eu vos diga qual a base em que firme e indestrutível deve assentar o alicerce do patriotismo, principiada a construção na alma da criança e prosseguida na do adolescente e do homem feito, franca e lealmente eu vos declaro que em vão a tentareis fixar no terreno movediço das imaginações atéias e fora do verdadeiro sentimento religioso.

Trouxe-vos, há pouco, o exemplo da Alemanha, desse nobre e grande país, para o qual todos se voltam quando tratam de formar cidadãos-soldados; e permiti que vos relumbre o papel de educador alemão, preparando para a sua terra a desforra das humilhações que ela tivera de curtir, sob o guante do primeiro Bonaparte.

Em 1807, consecutivamente à paz de Tilsit, a Prússia viu de metade reduzido o seu território, com pouco mais de cinco milhões de habitantes. Entre si dividiram a Europa Napoleão e Alexandre da Rússia. Era como que a ressurreição dos antigos impérios do Ocidente e do Oriente, um para Napoleão, outro para Alexandre: no meio ficaria a Alemanha como simples vassala. O monarca prussiano, batido e humilhado, não hesitou em baixar à súplica, pedindo, não para si, mas para o seu país. Napoleão foi inexorável... Uma criança assistia à miseranda cena em que a mulher do Rei da Prússia, coadjuvando o marido, implorava a clemência do vencedor. Essa criança, não o ignorais, foi depois aquele Guilherme I, que aprisionou em Sedan o terceiro Bonaparte e, ostentado, em Versalhes se fez coroar como Imperador na Alemanha.

De que meios para tanto se serviu a abatida Germânia? Senhores, eu não estou aqui fazendo preleções de História, mas confiado vos asseguro que no plano gigantesco dessa remodelação da Alemanha, dessa revitalização do seu depauperado organismo, dessa esplêndida evolução que de Iena e Auersraedt foi parar em Metz e Sedan, asseguro-vos, digo, que nesse grande movimento foi parte, e não despicienda, o professor, o educador alemão.

As letras eram então incitamentos de patriotismo contra a preponderância francesa. Há uma tribo de poetas patrióticos, os Tirteus de 1813, como já escreveu al guém: Schenkendorf, Kömer, Arndt, Rückert foram soldados-poetas, que para divisa, como bem observa H. Diewtz, bem puderam haver tomado o título da coleção de cantos guerreiros de um deles: - A Lira e a Espada. Mas dos quatro que vos acabo de nomear, dous, Arndt e Rückert, foram professores, e de suas cátedras fizeram focos irradiantes do mais ardente patriotismo.

Conheceis aquilo de Arndt, o Canto de Guerra, cujo início

eu me atrevo a traduzir em uma estância vernácula:

O Deus que criou o ferro,
Decerto não quer escravos;
E pôs, relâmpago e raio,
A espada na mão dos bravos! (3)

Pois bem! se duas cátedras universitárias partia essa propaganda a caminho do espírito dos intelectuais, nas escolas primárias o mesmo processo se repetia, em proporções mais modestas, porém não menos eficazes, porque ir direto ao coração do povo.

Em vão, para debelar esse movimento, filósofos o condenavam em nome de um cosmopolitismo, cujo ideal se apresentava com o amor da humanidade. No Congresso Pedagógico de Leipzig, em 1685, aos mestres de escola alemães solenemente se preceituava que - não mais deviam abrir lugar, em suas escolas, aos ódios nacionais. A propaganda diminuiu... e triunfou. Em 1871, cinco mil mestres de escola, reunidos em Hamburgo, enviavam a Guilherme, Imperador e Rei, e ao seu braço direito, o Príncipe de Bismarck, significativas mensagens, e respondia-lhes os Soberanos em termos bem notáveis:

A unidade da Alemanha pôde alfin realizar-se, com a proteção do Onipotente, porque um sentimento nacional havia penetrado no coração dos povos e enchido de bravura e perseverança todos os seus filhos que empunham armas. Educar as gerações futuras nos mesmos sentimentos, é a elevada missão do vosso Congresso, ao qual envio os meus agradecimentos e saudações.

O minimum de instrução fornecido pela escola primária na Alemanha é fixado de maneira que o homem não se veja desprovido daquele necessário aparelho sem o qual (no dizer de um pedagogo germânico) a vida de lhe torna um fardo, a liberdade uma maldição, a lei uma letra morta e A PÁTRIA UMA PALAVRA VAZIA NO SENTIDO. Vivificando toda aquela soma de noções está o sentimento patriótico, e o dever, imprescindível, que a cada qual assiste da defesa da Pátria.

(3) Trata-se dos quatro primeiros versos do poema Vaterlandslied (Canto da Pátria), que Laet traduz por "Canto de Guerra": "Der Gott, der Elsen wachsen liess, / Der wollte keine knechte, / Drum gab er Säbel, K. O. Das Grosse Deutsche Gedichtsbuch, Athenäum Verlag, 1977).

Cito-vos tudo isto, senhores, para demonstrar até que ponto a ação pertinazmente patriótica do professor, já nas cátedras dos cursos superiores e profissionais, já nas aulas do ensino secundário e primário, pode ser valiosíssimo elemento para a momentosa obra nacional. E mais fácil será entre nós a tarefa do educador, porquanto, ao passo que na Alemanha ela se destinava à reconstituição de uma pátria esfacelada, no Brasil tudo estará feito com evitarmos que a Pátria se divida e desagregue. Já era preciso, por assim dizermos, para renhidas e duvidosas batalhas; enquanto nós, tradicionalmente empossados de uma pátria imensa, absolutamente nada temos que reivindicar, limitando-nos a manter o que é nosso.

Nesta missão bem compreendeis que, nos programas escolares, à Geografia e à História compete o lugar de honra. (Não vos falo do Catecismo, que está fora da moda...) É preciso que a criança se dê uma idéia, sumária, muito embora, da nossa magnitude territorial, dos nossos recursos naturais, das riquezas do nosso subsolo, das nossas florestas, da uberdade da máxima parte de nossos terrenos, e da variedade dos nossos climas condenados pelo anátema da ignorância, que faz da temperatura um consectário fatal da latitude, mas em verdade admiravelmente temperados pelo fator da altitude, como aliás já tinha notado o Padre Vieira, ao relatar que sentira frio no Ceará, na serra de Buturité... E, depois da Geografia, a História - a História, senhores, nobremente estudada, nobremente sentida, nobremente ensinada, e que em vez de arma de partidos seja um instrumento da Verdade.

Não há muitos dias, percorrendo páginas de um livro destinado às nossas escolas, e firmado por um nome de ampla notoriedade letrária, fui dolorosamente surpreendido pela estreiteza de vistas que presidira à sua redação. Imaginei que o autor, talvez pensando bem servir à causa democrática, do rol dos nossos generais que no Paraguai se ilustraram comandando as forças da Tríplice Aliança, escandalosamente omitiu o nome do Sr. Conde d'Eu! Não se pode levar mais longe o espírito sectário!

Não é assim que se há de ensinar a História. Deve-se, na escola primária, traçar apenas as suas grandes linhas, e eu sustento que em majestade e beleza não cedem passo à de qualquer outro país. A catequese no Brasil foi uma epopéia da civilização. A luta contra os holandeses mostra a vitória do brasileiro, no 17º século, sobre uma das mais belicosas potências européias. Desajudados da metrópole, nós vencemos aqueles a quem não pôde vencer Felipe II. A narrativa da Independência exhibe feitos grandiosos e quase estremos de sangue humano. A abolição do cativo foi uma apoteose. Glorificai vós outros, republicanos, a mudança da forma política: mas não amaldiçoeis os que vos precederam, e por seus trabalhos de ontem vos prepararam as glórias de amanhã.

Claro está que, nos cursos secundários e superiores, outra não deve ser a diretriz; alteada a plana intelectual, não se altera a rota, cuja bússola é o patriotismo.

É preciso, em primeiro lugar, neste país que está fazendo a experiência federativa, alargar a idéia de Pátria muito além das fronteiras interestaduais.

Falei-vos de Maurício Arndt; sua obra literária enche boa parte de uma vida secular, porque foi de 1769 a 1860; nunca, porém, mais inspirado se mostrou do que naquele canto em que ele pergunta e a si mesmo responde qual seja a pátria do alemão: - Was ist des Deutschen Vaterland? (4)

"Qual a pátria do alemão?" - interroga o poeta.

É a Prússia? a Suábia? São as margens do Reno, onde floresce a vinha? São as praias de Belt, onde esvoaça a gaivota? Oh! não, oh! Cumpre que a sua pátria seja maior.

(4) O poema em questão intitula-se Des Deutschen Vaterland ("A Pátria do Alemão") e foi escrito em 1813. Este verso é o primeiro do poema.

Qual a pátria do alemão? É a Baviera? A Estíria? O país dos Marsos (5) onde pascem os bois bem nutridos? Ou a Marca, cujos íncolas trabalham o ferro? Oh! não! é preciso que a sua pátria seja maior.

Assim prossegue o poema, cuja desgraciosa versão prosaica não vos poderia dar o indefinível encanto dessas másculas estrofes; e finalmente explica:

Qual é, pois a pária do alemão? Nomeia-me esse grande país. É onde quer que ressoa a língua germânica (6) e aos céus eleva seus cantos. Eis a tua pátria, ó alemão, e a terra que chamarás tua.

É onde o aperto de mão vale um juramento, onde a lealdade brilha nos olhos, e o vivido amor habita o coração. Eis a tua pátria, e a terra que chamarás tua...

Ó Deus! - conclui o poeta - olha-nos do alto dos céus e dá-nos uma verdadeira coragem alemã, para que bem e fielmente amemos a nossa terra. Eis a nossa pátria: é toda a Alemanha!

Atentai bem, senhores, no último dizer: - Das ganze Deutschland soll es sein! (7) Amemos a Pátria, íntegra, indivisível, superior às lutas e aos interesses locais... E assim eu quisera que nas escolas, pelas cidades e pelos campos da nossa terra, se difundisse como axiomática e inatacável a idéia da unidade pátria.

Sim, ela não é nem esta imensa metrópole em que nos achamos, e que já com seus esplendores deslumbra o estrangeiro; nem o vale amazônico, onde as árvores lacrimejam opulências; nem o Maranhão fértil de talentos; nem o Ceará, onde as energias se enrijam na luta com as calamidades; nem Pernambuco, a terra de indômitas cóleras e generosos impulsos; nem a Bahia, cujos formosos palmares primeiro acenaram aos gajeiros de Cabral; nem S. Paulo, o atrevido bandeirante em todas as iniciativas corajosas; nem Minas, que Gorceix já chamara (8) um gigante de ferro com um coração de ouro; nem o Rio Grande, onde por amor da liberdade se fariam geralções de

(5) Marso, em ambos os originais.

(6) Este verso, o terceiro da 6ª estrofe do poema, á assim no original: "So weit die deutsche Zunge Klingt".

(7) Com este verso se encerra o poema. Sua tradução literal é: "Deve ser toda a Alemanha!"

(8) No Jornal do Brasil está chamou.

de centauros... Urge dizer à criança, ao adolescente, ao homem feito, que o Brasil não é nenhuma dessas partes, mas é tudo isso; e que, assim como a pátria do alemão é toda a Alemanha - das ganze Deutschland -, assim a pátria do brasileiro é todo o Brasil!

Nem tampouco se deve confinar a idéia da Pátria nos limites étnicos ou de raças. Graças ao influxo fraternizador do catolicismo, nós, os brasileiros, não temos o preconceito da cor - e ainda bem!

Ponderai, senhores, a anormal situação dos ingleses no Indostão.

O inglês, por uma abusão de raça, supor-se-ia degenerado, se contraísse aliança com uma índia. O hindu, por seu lado, fiel à prescrições bramínicas, que proíbem o casamento fora da casta, ficaria pátria, isto é, exaurado, quase que eu diria excomungado, se casasse com mulher inglesa. São, pois, duas populações paralelas e inimigas. Por ora cerca de trezentos milhões de hindus são mantidos em respeito por um exército de 160 mil homens, em que a maior parte das praças são indígenas: mas pensai o que poderá suceder quando nas Índias despertar esse espírito asiático que tão veemente irrompeu no Japão...

Nos Estados Unidos, o ódio entre brancos e pretos ainda não acabou, tantos anos após a luta separatista. Os negros, aliás, progridem e multiplicam-se espantosamente. Contam-se por muitos milhões... Não, acrediteis que indefinidamente se resignem às desigualdades que se radicam nos costumes e às inoportáveis ferezas de lei de Lynch. O problema ocupa a atenção de estadistas e ameaça de flagrar em pavoroso conflito...

Nós, porém, não. Não há infelizmente entre nós tais preconceitos. Em nossa literatura, em nossas artes, em nossas ciências, em nossa política, refulgem nomes de próceres, que foram mestiços, em cujas veias se caldeava o sangue de duas raças ou três raças - e que todavia, pelos dotes de inteligência e do caráter,

desafiam confronto com os primeiros tipos da humanidade.

Nem só agora isto nos sucede. Já quando lutávamos com o holandês, nos ensina a História o congraçamento e a aliança dos principais fatores étnicos da nossa nacionalidade. Em torno da bandeira pátria vemos João Fernandes Vieira, diretor do movimento, português reinol, natural da ilha da Madeira; André Vidal de Negreiros, branco, brasileiro nato, filho da Paraíba; Antônio Filipe Camarão, o Poti, caboclo do Rio Grande do Norte; e Henrique Dias, o negro valoroso e fiel, que em denodo rivalizou com seus irmãos de luta e renovou proezas de antigos romanos. Desde então, senhores, a idéia nacional entre nós predomina sobre distinções de raças, e com razão, porque nos campos de batalha é igualmente rubro o sangue que se verte pela Pátria, igualmente brancas as ossadas que lá ficam marcando o local do sacrifício.

Que mais vos direi? Penso que também de certo modo (e já vo-lo explicarei) a idéia da Pátria pode e deve ir além das fronteiras nacionais. Sim, pela agregação fraterna e generosa dos bons estrangeiros que entre nós venham trabalhar, trazendo-nos o auxílio de suas atividades e energias.

Reler os fatos da nossa Independência; constituindo a nossa Marinha, ensinando-lhe o rumo do mar e da vitória, temos aquelas altivas figuras de um Cochrane, que fizemos Marquês do Maranhão, e de um Grandell, que por longos anos figurou no quadro ativo da nossa Armada. Não lhes disputemos a glória de serem brasileiros.

Naquele temeroso lance que foi o combate de Riachuelo, tão belamente representado na tela de Vitor Meireles - quem vedes ereto e soberbo, no passadiço do seu navio, denominado o formidável momento e cantando com um gesto, o epinício da sua vitória? Barroso, português de nascimento, mas que também ali era brasileiro.

Logo depois, quando em Tuiuti trovejaram nossos canhões,

e tão rápidos que mereciam o nome de artilharia revólver, era um francês de nascimento, o primeiro Mallet; e não me digais que então não fosse brasileiro... Alarguemos, pois, senhores, essa idéia de Pátria de modo que a tornemos compreensiva de tudo quanto a dignifica, honra e exalta nos atos do estrangeiro que se fez nosso irmão. A paixão mesquinha que propugna opostas teorias, não tem efeito, não pode fazer caminho entre nós. Em vão se procura adereçar com vestes patrióticas; tão diferente se reconhece que a si própria designa com outro nome e, ao lado do genuíno patriotismo cuja bandeira galhardamente flutua a todos os ventos da publicidade, adotou a pequena flâmula do nativismo, que apenas se arvora quando sopra o temporal das ruins paixões.

Eis, senhores, como eu compreendo a Pátria: - uma, grande terra, estendendo-se por sobre as raias interestaduais, e julgando que é criminosa e absurda a excitação de rivalidade entre províncias ou Estados da mesma nação, por causa de fronteiras entre Brasil e Brasil; quero, outrossim, a Pátria superior à distinção de castas ou raças, respeitando em cada homem a dignidade de homem, e abrangendo no mesmo amplexo o alvo descendente de europeus e o brasileiro em cujo sangue se mesclaram as indômitas forças do caboclo e as admiráveis qualidades afetivas da raça etíope; - e também a desejo, a nossa Pátria, fortemente saturada de espírito de fraternidade para que benévola acolha todos os que demandam nassas plagas e nos trazem o contingente do seu braço, do seu cérebro e sobretudo do seu coração.

Neste sentido é que, desta tribuna, dirijo o meu apelo aos colegas do professorado nacional.

Indicar-lhes pontos e minúcias de programas sempre me pareceu quase inútil. De boa mente eu subscreveria aquele dizer de um pedagogo suíço, segundo o qual todos os regulamentos escolares se poderiam reduzir a um só artigo: - Cada escola será dirigida por um bom professor. O espírito patriótico deve a cada

passo vivificar a letra morta dos compêndios, aproveitar o ensejo dos passeios e excursões, as datas memoráveis, as festas, os próprios acontecimentos que se vão desenrolando e dos quais o aluno, a todo instante, ouve falar em casa e na rua, naturalmente estranhando que disso, isto é, do mais interessante, só lhe não fale o seu mestre e educador. E sobretudo, senhores, urge que nas aulas se desmanche esse preconceito que tende a malsinar os exércitos como classes inativas e consumidoras em frente das chamadas classes laboriosas e produtivas.

Rebatendo a invectiva dos que ao clero acusam de aciosidade, um homem que ao anticlericalismo deve ser insuspeito, Victor Hugo, escreveu nos Miseráveis um capítulo admirável de lógica e imparcialidade.

"As mãos que aos céus se erguem e que oram" - disse ele - "essas mãos só por isso trabalham. Orar é agir."

Senhores, parafraseando os conceitos do famoso escritor, eu com igual verdade poderia aplicá-los ao Exército. Os braços que empunham armas, também trabalham, mesmo quando não as empregam. Olhai para os campos e para as oficinas, onde labutam o lavrador e o operário. Olhai depois para o quartel, onde imóvel a sentinela monta guarda. Um observador superficial e imbuído de preconceitos não duvidará dizer que o soldado é um inativo e que para o bem da sociedade mais vale o cavouqueiro do que o general... Mas a verdade é que, se o soldado ali não estivera, representante da força que vigia e protege, o lavrador em segurança não iria curar da sua lavoura, e, anarquizada a cidade, estaria fechada a oficina.

Benefícios há, senhores, que de contínuo aproveitamos, e dos quais por isso mesmo perdemos a nítida noção. Por todos os lados nos comprime a atmosfera; mas quem de ordinário se lembra dela? Suprimi, porém, ou simplesmente atenuai essa pressão, e logo se ressentirá o organismo pela anormal expansão dos líquidos

e humores somáticos. Demasiado e à sua custa o têm aprendido os viajantes que escalam montanhas, e os aeronautas que tentam ir ainda mais acima. A ação das forças militares, nas sociedades bem organizadas, é, senhores, perfeitamente análoga aos fenômenos de que vos falo. Quando as cidades se conturbam pelo choque das paixões partidárias, quando, não raro fatigados pelos abusos dos seus oligarcas, fremem os povos e reclamam no festim democrático o seu quinhão de conforto e felicidade, então não se tarda a invocar a ação do Exército. Bem dispostos e contentes, partem os homens da guerra, que antes o são da paz, pois que a vão restaurar; e ninguém nesses dias aziagos se lembra de perguntar para que serve o Exército... Verdade é que, dias depois, aqueles mesmos que o reclamavam, suspeitosos o denunciam como elemento de ambições e conquistas; mas não vale contestar que ninguém o tivera chamado, se ele fora inútil ou nocivo.

Aos educadores do meu país eu, portanto pediria que, ligando à idéia da Pátria a da sua defesa, e à idéia da defesa a benemerência das classes armadas, longe de as impopularizarem ou de se lhes mostrarem indiferentes, ensinassem o povo de amanhã, que é a meninice e a mocidade escolar, a sinceramente amarem e honrarem o soldado e o marujo que por todos nós se batem e que juraram defender a Pátria, mesmo a troco da própria vida.

Que sacrifício maior fora possível confecturarmos! O sacrifício da vida!... Querendo dar idéia da abnegação do Homem-Deus, teve S. Paulo uma dizer sublime: - Obediens usque ad mortem, obediente até a morte... E disso tudo. Dos demais cidadãos a lei, digamos logo a Pátria, requer obediência e disciplina, que ficam muito aquém do sacrifício da vida; este, porém está subentendido em todos os atos da carreira militar, e aquele que veste farda e a ele se recusa não mais fora um soldado brasileiro, porque seria um covarde!

Este respeito, que não é temos, esta sincera estima que não

envolve a lisonja, este apreço que é um elemento de gratidão - convém que em relação aos militares se insune na alma da juventude escolar. É um fator do patriotismo: pois querer uma Pátria indefesa é querer a família em perigo e talvez exposta à desonra.

Senhores, entre os serviços que como Ministro da Guerra prestou o digno militar que é hoje o Chefe da Nação (9), eu considero como um dos primeiros movimentos que logrou imprimir à mocidade nacional, com induzi-la ao tirocínio das armas nos Corpos de Voluntários Especiais e nas linhas de tiro. Meu coração de brasileiro rejubila-se, quando os vejo passar por essas ruas, garbosos e saudosos pelo aplauso popular.

- Como! Dizia-me certa vez um inconciliável inimigo de militares... Como é que, monarquista e civil, fazer coro com a militarização do país!

Mas vitoriosamente, segundo me parece, eu logo lhe dei a devida explicação...

Que é militarismo? O predomínio de uma classe, de homens armados, com tendências para a absorção do poder público, excluídos os demais compatriotas. Isto seria intolerável: mas ponderai que o preparo militar de todo cidadão é precisamente o que de mais antagônicos e pode excogitar para o exclusivismo das classes armadas.

Todas as classe que exclusivamente aspiram ao governo, são de sua natureza exotéricas, isto é, fecham-se em si mesmas, recrutam cuidadosas os seus chefes e iniciados, e ciumentas odeiam e repelem o vulgo. Como o sacerdócio pagão, de bom grado exclamariam: - Odi profanum vulgus et arceo... (10) Aquele que, porém, chama o povo e lhe dá armas, ensinando-lhe como delas use na defesa da Pátria, esse decerto agiu com um alto ideal de patriotismo, e só por estolidez se lhe podem exprobrar tendências

(9) - Marechal Hermes da Fonseca.

(10) "Odeio o vulgo profano e o repilo." - Horácio, Odes, livro III, I, v. 1-2)

ao militarismo. O povo, senhores, que em dada ocasião saiba armar-se e pelejar, não tem que recear as invasões perturbadoras de uma classe, nem dos que dos militares se servem para instrumento de ambições.

Demasiado, porém, senhores, já tenho abusado da vossa paciente atenção. Tanto mesmo zombado de longos discursos, conquanto espantosamente geniais, que sinto a conveniência de não os fazer extensos, além de medíocres.

Daqui saindo, levo a consciência de não ter correspondido aos vossos desejos. Outros e mais hábeis oradores poderão reparar as minhas faltas. Deixo-vos, entretanto, a grande satisfação de bem haverdes procedido, convidando-me. Brilhantes militares, quis estes que em matéria de patriotismo fosse um obscuro paisano quem primeiro vos falasse. Membros do Exército da República, destes a palavra a um monarquista. Fizetes, senhores, o que devíeis no terreno da tolerância, e assim significastes que, neste campo neutro, todos somos brasileiros e patriotas. Em nome da Pátria eu vo-lo agradeço, senhores do Clube Militar!



Carlos de Laet, O Príncipe dos Jornalistas, amigo pessoal de D. Pedro II, fez uma poesia em que dizia:

Senhor! é um belo sonho, o da República,
nobre a crença da sã democracia;
mas um povo não vive de quimeras
e enquanto a Pátria precisar de um guia,
Deus vos conserve sobre o trono herdado,
Deus salve a monarquia!

(Foto obtida no site da Academia Brasileira de Letras -
<http://www.academia.org.br>)

IMPRESSÕES DO AUTOR...

Constatei que Laet não se preocupou em reunir seus discursos, conferências, crônicas e artigos de polêmica. Com certeza, tinha ele, consciência plena e perfeita de que, do ponto de vista intelectual, a imprensa é uma atividade ingrata:

"Não há lutas da inteligência onde tanto se amesquinhe e desapareça o mérito individual como esta inglória e fatigante campanha da imprensa. O orador tem a sua parte de artística de exibição; ela crece na tribuna, e com a palavra e com o gesto não só diz quanto quer como vigorosamente se incute no ânimo alheio: quem ouviu Mont'Alverne ou Rio Branco, nunca mais os pôde esquecer. Não há falar do arquiteto, nem do escultor, nem do pintor, nem do poeta, em cujas obras perduráveis fica um apelo para a posteridade... Mas o jornal é um edifício, uma estátua, uma tela, um livro feito para apenas durar um dia, e no qual só por exceção se inscreve o nome do artífice". (Microcosmo - Jornal do Comércio de 13/05/1888). Apesar disso, reconhecia a vantagem que levam os jornalistas sobre os demais confrades, quando decidem publicar um livro.

Escrevendo sobre a obra de Salvador de Mendonça, a Situação Internacional do Brasil, observava:

"Os jornalistas, frequentemente acusados de pouquidade literária, têm esta vantagem sobre os demais homens de letras: para fazerem um livro basta-lhes agregar as folhas dispersas da sua produção incessante. A diferença está em que o atuoar de livros de matéria inédita, quando aos ventos da publicidade solta o que pensou e redigiu, é apenas um aspirante ao efeito de suas idéias sobre a alma popular; o jornalista, não, porquanto o que ele condensa em volume já tem, por assim dizer, o contra-selo da opinião".

No entanto, desse modo nos procedeu com os próprios artigos. E ele que, com sua colaboração para a imprensa, muito

poderia ter opulentado a literatura brasileira, deixou-se ficar um escritor quase inédito.

Carlos de Laet, em discurso na Academia Brasileira de Letras, imaginando a dificuldade que - caso não fosse membro fundador - teria o colega designado para recebê-lo, referiu-se à "afanosa busca" que este teria de empreender nos jornais onde esparsos, sepultos e olvidados jaziam os seus escritos.

Exatamente por isso, as opiniões que sobre Carlos de Laet, nos compêndios de literatura são esgarçadas, fluidas e repetitivas. E aqui, sem conhecer toda a sua obra, conscientemente, me incluo com este modesto e desprezioso trabalho. Há de excetuar-se alguns contemporâneos que lhe acompanharam a produção jornalista, e mais um ou outro pesquisador, como o Prof. A. J. Chediak, que foi às coleções dos jornais, na "afanosa busca" dos escritos de Carlos de Laet.

Quem conhece hoje, Carlos de Laet? Poucos podem avaliar a importância de sua obra de publicista? Este autor não ousa ou ousou fazê-lo.

Em geral, é ele dado como autor de EM MINAS, de algumas conferências, de virulentos artigos de polêmica e de umas poucas traduções: Vida de Santa Rita de Cássia; Minha História Sagrada; O Sagrado Coração de Maria Virgem.

Daí por que a edição promovida pela Casa de Rui Barbosa "Obras Seletas de Carlos de Laet" equivaler ao redescobrimto de um escritor de altíssimo nível. Trata-se de admirável prosador que depois de longo período de hibernação, está ressuscitando para as letras brasileiras. Pois que, evidentemente, não pode ser apenas o que está nos manuais de literatura o polígrafo apontado, por quem o conheceu em vida, como "O PRÍNCIPE DOS JORNALISTAS" do seu tempo, e que, ao morrer mereceu de Gilberto Braga as palavras, a seguir transcritas.

Carlos de Laet notabilizou-se como um dos maiores polemistas e na maioria dos casos levou vantagem em relação aos adversários, sobretudo quando com ele estava a razão.

Carlos de Laet sobressaiu-se em seus escritos pela limpidez e o vigor da linguagem, sem dúvida a de um dos maiores prosadores da literatura brasileira.

Em "Obras Seletas" - Crônicas - páginas 11, encontramos:
"... Defato, as novas gerações não conhecem Carlos de Laet. Por culpa, em grande parte, dele mesmo, que não se preocupou em reunir em livro seus discursos, conferências, crônicas e artigos de polêmica. Tinha ela, aliás, consciência perfeita de que, do ponto de vista intelectual, a imprensa é uma atividade ingrata. Não há lutas da inteligência onde tanto se amesquinhe e desapareça o mérito individual como esta inglória e fatigante campanha da imprensa. O orador tem a sua parte de artística exibição; ele cresce na tribuna, e com a palavra e com o gesto não só diz quanto quer como vigorosamente se incute no ânimo alheio: quem ouviu Mont'Alverne ou Rio Branco, nunca mais os pode esquecer. Não há falar do arquiteto, nem do escultor; nem o pintor; nem do poeta, em cujas obras perduráveis fica um apelo para a posteridade... Mas o jornal é um edifício, uma estátua, uma tela, um livro feito para apenas durar um dia, e no qual só por exceção se inscreve o nome do artífice". (Microcosmo - Jornal do Comércio de 13/5/1888).
Apesar disso, reconhecia a vantagem que levam os jornalistas sobre os demais confrades, quando decidem publicar um livro.

Escrevendo sobre a obra de S. de Mendonça, A Situação Internacional do Brasil, observa:

"Os jornalistas, frequentemente acusados de pouquidade literária, têm esta vantagem sobre os demais homens de letras; para fazerem um livro basta-lhes agregar as folhas dispersas da sua produção incessante. A diferença está em que o autor de livros de matéria inédita, quando aos ventos da publicidade

solta o que pensou e redigiu é apenas um aspirante ao efetio de suas idéias sobre a alma popular; e o jornalista, não, porquanto o que ele condensa em volume já tem, por assim dizer, o contra-selo da opinião". (Microcosmo - o País de 03/03/1913).

Em discurso na Academia Brasileira de Letras, imaginando a dificuldade que - caso não fosse membro fundador - teria o colega designado para recebê-lo, referiu-se "afanosa busca" que este teria de empreender nos jornais onde esparsos, sepultos e olvidados jaziam os seus escritos.

Exatamente por isso, as opiniões que sobre ele encontramos nos compêndios de literatura são esgarçadas, fluídas e repetitivas. É que opiniam sem lhe conhecerem a obra. A não ser alguns raros contemporâneos, que lhe acompanharam a produção, e mais um ou outro pesquisador, como o Prof. Antonio J. Chediak, que foi às coleções dos jornais, na "afanosa busca" dos seus artigos, - quem conhece, hoje, Arlos de Laee e, pode avaliar, com imparcialidade, a importância da sua obra de publicista?

Em geral, é ele dado como autor de EM MINAS, de algumas conferências, de virulentos artigos polêmicos e de umas poucas traduções: VIDA DE SANTA RITA DE CÁSSIA, MINHA HISTÓRIA SAGRADA, O SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA VIRGEM, etc."

Na página 12, deste livro, nos referimos às palavras de Gilberto Amado proferidas quando da morte de Carlos de Laet. Naquele discurso Gilberto Amado não se limitou a louvar-lhe a excelência da sintaxe. Aludiu também ao carácter de Carlos de Laet que o torna digno da admiração das novas gerações: a firmeza de suas convicções, a inteireza do seu carácter. Pelo fato de ter se conservado católico e monarquista a vida toda, não lhe faltando

quem o considere ultrapassado e retrógrado. Assim justificava ele, porém, suas idéias políticas:

"Sou monarquista porque entendo que, com a extinta forma de governo, melhor se conciliam as liberdades políticas e civis da minha pátria". (A imprensa, Duas Pérolas Literárias. Niterói, Escola Tip. Salesiana, 1904, pág. 18)

Tendo começado no Império sua carreira na imprensa, não deixou nunca de salientar que, com a República, "desaprendeu-se a liberdade". E, na época do encilhamento e das aventuras financeiras da jovem República, agradava-lhe recordar que o Império, entre outras coisas, criara "o culto da pobreza honesta, de que o próprio Imperador dava nobre exemplo". Já seriam boas razões para não permutar sua velha dedicação à Monarquia por amores novos. De mais a mais, suas convicções monárquicas eram arraigadas, como deixou claro nesta outra profissão de fé: "Eu, que vos falo, sou monarquista irredutível, porque assim o tenho por melhor para a felicidade da Pátria". (Carlos de Laet - Paraninfo. Niterói. Escola Tip. Salesiana, 1910, pág. 107).

Laet acusado de reacionário, teve a coragem de confessar que não se considerava *homem do seu século*, segundo o conceito vigente, porque, com a sua base de ciências positivas (era engenheiro pela antiga Escola Central), não renunciava ao direito da livre crítica:

"Se homem do seu século é aquele que, sob a pressão do meio, vai acentando todas as idéias dominantes, só porque sejam, como lá disse o Ferri, a corrente da ciência atual, então confiadamente digo, eu não sou homem do meu século. Em ciência, reservo-me o direito de só aderir depois de convencido". (Ferri: Sua Construção Científica. Rio de Janeiro, s. ed., s.d.- 1908).

Não seria mais um retrógrado quem, no tempo, em que viveu, se manifestava contra o preconceito de raças, era pela emancipação dos escravos, advogava a liberdade de imprensa, batia-se pela criação de Faculdades de Filosofia, Letras e Jomalismo, abominava a censura (como ficou claro na sua polêmica

com Jackson de Figueire) e mostrava-se favorável à entrada de mulheres para a Academia. Chamado, no fim da vida, de "velho pateta", embatucou o jovem desafeto, ao responder-lhe que, na carreira da patetice, as promoções não se fazem só por antiguidade, mas também por merecimento.

Laet, com seu espírito liberal e avesso a qualquer forma de violência, deixou claro em seu discurso de 1900 sobre a Educação Cristã: "Baseado em Santo Agostinho (Matai os erros, porém amai os homens), jamais aplaudiria o emprego da coação para impor doutrina".

De outra feita, recordou, exemplo pessoal:

"Uma vez caluniado, chamei o meu detrator, a um tribunal, acusei-o eu próprio, provoqueei-o a uma demonstração de aleive e fiz condenar o meu injusto ofensor. Nunca, ainda quando o pudesse, quisera eu, sem forma de processo, arrastá-lo a um cárcere e privá-lo de sua propriedade..." (Apud Janatas Serrano. "O Mestre da Ironia". Homens e Ideas, Rio de Janeiro. F. Briguiet & Cia., 1930, pág. 231

Dir-se-a que Carlos de Laet foi reacionário porque ironizou o combateu o Modernismo, tendo-lhe escapado o sentido vanguardeiro e renovador do movimento nascido em São Paulo com a famosa Semana de Arte Moderna. É verdade, e sobretudo do Graça Aranha alvo de suas críticas e zombarias, tendo-lhe fornecido assunto para três sonetos galhofeiros, que andam em todas as antologias de humour. Precisamos não nos esquecer, porém, de que nascera em 1847 (o mesmo ano em que viu a luz Castro Alves), sendo, portanto, compreensível que, educado numa cultura clássica, e já beirando os 80 anos, não tenha compreendido a nova corrente de idéias suscitada pelos iconoclastas de 1922.

Orgulhava-se de, no fim da vida, não ter em bainha do "*o pedaço da espada que me quebraram em 89*". No entanto, teria sido mais cômodo aderir à nova ordem de coisas. Mesmo porque

à República só poderia ser grato e proveitoso o apoio de um homem como ele. "Fiel ao antigo regime, arriscou por vezes a vida em defesa do seu ideal político. Não se acomodou, não emudeceu, não infltiu" - disse dele, com toda a razão, Jonas Serrano. E o próprio Laet confessou:

"Há quarenta anos que, várias vezes por semana, só tenho dito o que penso. Estou velho, pobre, talvez odiado, mas levanto a cabeça e fito serenamente os adversários..."

Esta firmeza de caráter, de resto, vinha de longe. Já em 1888, numa publicação "*a pedido*", dava as razões por que deixava de escrever para o Jornal do Comércio e folhetim "Microcosmo". Depois de relatar a conversa que tivera com o diretor da folha, conclui Laet que nessa sua atitude seria um plano de conduta... Há, portanto, no caso de Laet, lamentável e talvez intencional confusão entre o homem de convicções, de personalidade, de caráter. Seria ela, antes, um conservador ou um retrógrado. E, segundo a lição de Sérgio Buarque de Holanda em entrevista: "*... o conservantismo (ao contrário do tradicionalismo), tem uma razão de ser; possui até uma função de equilíbrio social muito importante. Não é possível que todo mundo seja permanentemente revolucionário. É preciso, mesmo, que haja elementos conservadores e até rotineiros na sociedade*". (Homero Senna. República das Letras. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora Ltda. 2a. edição, 1968 pág. 108).

De qualquer maneira, os escritos de Laet acenturam valor documentário, pois foram testemunha ocular da História.

Neste livro não reconstruímos a história de Carlos de Laet... Procuramos destacar momentos importantes em que produções, fatos e situações culturais ocuparam as páginas dos diários impressos, em forma de notícia, polémicas ou crônicas. O que se pretendeu, com essa rápida contextualização histórica, foi situar de forma gradual e até incipiente quanto a atuação e a importância de Carlos de Laet que ficaram na esteira de algumas discussões que identificam o momento em que a cidade desloca a centralidade

dos círculos da nobreza e passa configurar a efetiva existência de espaços públicos modernos. Onde a crítica, já não mais voltada exclusivamente aos salões, ganha as ruas e também espaço em periódicos que passam a compor o emergente mercado literário e das artes em geral. Processo que teve gradual desenvolvimento entre o final do século XVII e ao longo do XVIII, só vindo a acontecer no Brasil - ainda que de forma mais lenta, devido ao alto índice de analfabetismo, baixa concentração urbana e demais aspectos socioeconômicos e culturais - a partir do século XIX, tendo como marco a vinda da família real. Na prática, em termos urbanos e públicos, só vai ser possível falar em consumo e crítica cultural boas décadas mais tarde. Ou, para ser, mais exato, a partir de 1930.

Nos rebuscos feitos... Parece que naqueles tempos... Os homens das letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar, e, se possível, um pouco de dinheiro. A bem da verdade, na história do status das notícias publicadas nos jornais diários no Brasil, não podemos ignorar os escritos deixados pelo Príncipe dos Jornalistas: CARLOS DE LAET - um dos baluartes da prosa brasileira.

A maior preocupação e dificuldade foi escolher escritos que pudessem transmitir algum ensinamento e que evocassem episódios marcantes escritos, por este grande brasileiro que se conservou católico e monarquista a vida toda. Neste particular, não faltou quem o considerou retrógrado e ultrapassado. O próprio Carlos de Laet justificava suas idéias com as seguintes palavras: "*Sou monarquista porque entendo que, com a extinta forma de governo, melhor se conciliam as liberdades políticas e civis de minha pátria*" (A Imprensa, Duas Pérolas Literárias, Niterói, Escola Tip. Salesiana, 1904).

Ler e entender o estilo de Laet não é uma tarefa fácil. Nas pesquisas deparamos com citações em línguas estrangeiras,

principalmente o latim, além da referência a fatos e pessoas que o leitor, dificilmente, saberá identificar, para não falar-se em questões de linguagem e estilo.

E aqui cabe uma derradeira pergunta:

- Deveria ser considerado retrógrado quem, no tempo em que viveu, se manifestava contra o preconceito de raça, era pela emancipação dos escravos, advogava a liberdade de imprensa, batia-se pela criação de Faculdades de Filosofia, Letras e Jornalismo. Quem abominava a censura (como ficou claro na sua polêmica com Jackson de Figueiredo) e mostrava-se favorável à entrada de mulheres na Academia?

No final da vida, chamado de "velho pateta", embatucou o jovem desafeto, ao responder-lhe que, na carreira da patetice, as promoções não se fazem só por antiguidade, mas também por merecimento..

Estejamos certos de que houve uma lamentável e talvez intencional confusão entre o homem de convicções, de personalidade e de ilibado caráter. Daí por que Ramiz Galvão, sucessor de Carlos de Laet na Academia, disse o seguinte:

"Laet foi um modelo de coragem cívica, que jamais nunca se desmentiu nem diante de ameaças, nem por amor de mesquinhos interesses".

Indubitavelmente, Laet foi uma testemunha da fé religiosa. Como foi um defensor da tradição monárquica e da pureza da língua. Tríplice causa, a que consagrou sua vida de jornalista e professor: a defesa da ortodoxia, da monarquia e da vernaculidade.



ITA VIDETUR RATIO

(Assim parece ordenar a razão.)



Próximos lançamentos do mesmo autor:

- ◆ Uma Conversa Diferente
- ◆ Na Trilha do Social
- ◆ Simples... Mas Complicado